



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2017, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2016, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, conforme Edital de Convocação publicado aos dez dias do mês de fevereiro, no Diário Oficial do Município de número trinta, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, sob a Presidência do Vereador Thiago Ferro, para os Poderes Executivo e Legislativo realizarem a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do ano de dois mil e dezesseis. Ata da 10ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 1ª Sessão Legislativa, da 17ª Legislatura, realizada no dia 22 de fevereiro de 2017, sob a presidência do Vereador Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto), Presidente, e secretariada pelos Vereadores Bruno Pessuti e Mauro Ignácio, 1º e 2º Secretários, respectivamente.- À hora regimental, comparecem os seguintes Srs. Vereadores: (ver Ata).- O SR. PRESIDENTE:- Havendo número legal, invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declararmos aberta a presente Sessão. O Sr. 2º Secretário procederá a leitura da Ata da Sessão anterior.- O SR. 2º SECRETÁRIO:- (Lê) Ata.- O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. (Pausa). Não havendo restrições, declaramos-la APROVADA. O Sr. 1º Secretário procederá a leitura dos expedientes encaminhados à Mesa.- O SR. 1º SECRETÁRIO:- (Lê) Pronosicções.- O SR. PRESIDENTE:- As pronosicções lidas terão o seu encaminhamento regimental, com exceção daquelas que dependem da deliberação do Plenário, as quais serão apreciadas na segunda parte da Ordem do Dia da próxima Sessão. Concedemos a palavra, no Pequeno Expediente, às Vereadoras Julieta Reis e Maria Leticia Fagundes.- O SR. PRESIDENTE:- Senhores Vereadores, registrem suas presenças.- (Os senhores Vereadores registram suas presenças no painel eletrônico).- O SR. PRESIDENTE:- Encontram-se presentes 37 (trinta e sete) Vereadores, havendo quorum para a continuidade dos trabalhos. Conforme o Requerimento 54.00002.2017, aprovado em 15 de fevereiro por esta Casa, os horários reservados a Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Então, neste momento suspendemos a Sessão para a abertura da Audiência Pública da Secretaria de Finanças, com a presença do Secretário Vitor Punni e toda a sua equipe da Secretaria de Finanças e demais membros do Executivo que acompanham esta Sessão. Convidamos o Presidente Vereador Thiago Ferro e demais membros para que tomem assento junto a esta Mesa e deem continuidade a Audiência Pública. Vereador Pier Petruzzello, dá uma sugestão de uma

reunião com os presidentes dos sindicatos após a Sessão. Podemos no reunir na sala ao lado após a Audiência Pública. Fica aqui o convite a todos os sindicatos que após a Audiência Pública faremos uma conversa no anexo ao lado com os presidentes dos sindicatos. Feito o registro. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Fica o registro. Obrigado.- (Assume a presidência o Vereador Thiago Ferro).- O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos! Cumprimento a Mesa, a cada Vereador, a cada um que nos visita nesta manhã. São todos muito bem-vindos! Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2016, de acordo com o que determina o Parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei Complementar Federal nº101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Artigo 62A da Lei Orgânica Municipal. Esta Audiência Pública terá a duração de duas horas, iniciando às 9h35min. Gostaríamos de compor a Mesa recebendo o Secretário de Finanças, Planejamento e Orçamento, Vitor Punni. Seja muito bem-vindo! a Sra. Aline Bogo, Diretora Financeira da Câmara Municipal de Curitiba; os Vereadores que fazem parte da Comissão de Finanças e Fiscalização desta Casa, Bruno Pessuti, Mauro Ignácio, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Bobato, Paulo Rink, Professora Josete e Sabino Picolo. Queremos também nominar a participação da Secretaria através do Sr. Caio Zerbatto, Assessor do Secretário; Claudinei Nogueira, Diretor do Departamento de Contabilidade; Lívio Petterle, do Departamento de Pavimentação; Sérgio Luiz Primo, da Secretaria de Finanças, Diretor de Rendas Imobiliárias; Ary Gil Merchel Piovesan, Diretor do Departamento de Controle Financeiro; Ivonei Koakoski, do Sindicato dos Auditores Fiscais; Wagner Argentor, Presidente do Sismmac. Para informação sobre os nossos trabalhos, a ordem seguirá o seguinte roteiro: primeiro a Sra. Aline Bogo terá quinze minutos para explanação referente à prestação de contas da Câmara Municipal de Curitiba, seguida do Sr. Vitor Punni, Secretário Municipal de Finanças, a respeito dos relatórios do Poder Executivo. Em terceiro, será concedida a palavra aos presentes para comentários, sugestões ou questionamentos na seguinte ordem: primeiro os visitantes, depois membros da Comissão e por último os Vereadores desta Casa. Será concedido o tempo de dois minutos a cada inscrito. A resposta será a cada três perguntas dirigidas aos nossos palestrantes de hoje. As perguntas dos visitantes deverão ser entregues ao Wagner até o final das explicações. A secretaria da Mesa está com o Vereador Mauro Ignácio. Os Vereadores da comissão e demais podem se inscrever com ele. Muito obrigado a cada Vereador membro da comissão, a cada um dos que participam conosco. De imediato concedemos a palavra a Sra. Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças desta Casa de Leis.- A SRA. ALINE BOGO:- Vereador Thiago Ferro, cumprimentando-o, quero estender o cumprimento aos demais membros da Comissão de Economia. Quero também dar as boas-vindas ao nosso Secretário de Finanças, Vitor Punni, e a toda equipe da Prefeitura Municipal de Curitiba que aqui está. Cumprimento também os nossos servidores, Vereadores e todos os presentes. Esta é a terceira Audiência Pública referente ao exercício de 2016. Nós procuramos consolidar os dados de todo o exercício, como é o último quadrimestre, e também detalhar no que for possível como foram aplicados os recursos da Câmara Municipal de Curitiba no ano passado, como também apresentar o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2016, o orçamento da Câmara ficou fixado em cento e quarenta milhões. É importante destacar que esse orçamento não foi atualizado em relação a 2015: o orçamento de 2015 era meio milhão maior do que o de 2016, que ficou em cento e quarenta milhões. Desse valor, foram empenhados, no exercício, cento e vinte milhões e cinco mil, que representam 85.72% do nosso orçamento, e foram liquidados cento e quinze milhões e duzentos mil aproximadamente, que representam 82% do orçamento. O nosso maior grupo de despesas é o grupo Pessoal e Encargos Sociais, que, do valor orçado de cento e dezessete milhões e duzentos, foram empenhados, no exercício, cento e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil: esse valor representa 87.45% do orçado, e 85.40% do total empenhado no ano. Desses cento e dois milhões, temos, como vencimentos e vantagens fixas, que são todos os salários, subsídios, gratificações, férias, um total de

oitenta milhões, novecentos e dezenove mil; dezesseis milhões, novecentos e quarenta e dois são obrigações patronais, todos os repasses feitos ao IPMC, INSS, ICS: indenizações, num valor de quatro milhões, quinhentos e nove mil; e outras despesas num valor menor, de cento e trinta e cinco mil e novecentos. Essa despesa de pessoal, de cento e dois milhões, então, dividindo nelas nossas ações no orçamento, fica assim distribuída: cinquenta milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, que foram gastos na manutenção da estrutura funcional da Câmara, aqui no slide como Administração: cinquenta e um milhões, duzentos e noventa e oito mil na estrutura político/parlamentar dos gabinetes; e um valor com a Ouvidoria, no ano passado, que estava em funcionamento, de setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e sete. Considerando o valor de vencimentos e vantagens fixas, de oitenta milhões, novecentos e dezenove mil, temos: como vencimentos e vantagens fixas do pessoal efetivo, um total de vinte e sete milhões, cento e cinquenta e cinco mil; subsídios dos Vereadores, seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil; da Ouvidoria, duzentos e seis mil, quinhentos e trinta e nove; abono permanência, um total de duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três; vencimentos de comissionados, vinte e oito milhões, oitocentos e vinte e seis; gratificação por exercício de função, dois milhões, setecentos e trinta; gratificação por tempo de serviço, cinco milhões e trinta e sete mil; e outras, que são as férias, décimo terceiro, férias indenizáveis, dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e quatro. Nesse gráfico, podemos verificar como ficou distribuída então a despesa de pessoal, que é de cento e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil: em azul ali temos os vencimentos com efetivos; em vermelho, os comissionados; e em amarelo temos os subsídios dos Vereadores; em verde, então, são as obrigações patronais; e o restante são outras despesas. Tirando a despesa de pessoal, que é a maior despesa que a Câmara tem, temos outros dois grupos, que são os investimentos: tínhamos um orçamento de três milhões e duzentos, onde foram empenhados dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito. O maior gasto aqui é referente a obras, num projeto de instalação de um sistema novo de ar condicionado. Temos também projetos e a compra de equipamentos, cadeiras, mobiliários para a Câmara Municipal de Curitiba. Outras despesas correntes: o valor orçado de dezenove milhões e seiscentos, que foram empenhados quatorze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, sendo um milhão, seiscentos e setenta e dois mil de benefícios assistenciais, que são os gastos com auxílio saúde, auxílio creche, Diárias, um valor de quatorze mil e quinhentos; material de consumo, três milhões, cento e noventa e nove mil; locação de mão de obra, quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil; serviços de terceiros, pessoa jurídica, que são todos os demais serviços que a Câmara contrata, cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil; e outras despesas num valor menor, de vinte e sete mil, oitocentos e doze. Separando essa despesa corrente entre administração e os gabinetes, nós temos, então, um total na administração de nove milhões, cento e oitenta e três mil. Nos gabinetes, cinco milhões, setecentos e cinquenta e três mil e um gasto menor com a escola e a ouvidoria, totalizando então os quatorze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e cinco com outras despesas correntes. Nesse gráfico nós temos o total dos nossos empenhos do exercício de 2016, total de cento e vinte milhões e cinco mil, a parte azul ali nós verificamos que se trata da folha de pagamento de todos os servidores, efetivos e comissionados; em vermelho são as obrigações patronais, 14,10%, em amarelo as indenizações; em verde, locação de mão de obra; em vermelho, serviços de terceiros, pessoa jurídica; azul claro, material de consumo e, o restante, valor menor de investimentos e outras despesas. Resumindo esse gráfico, nós temos aqui quatro grupos principais e, no total do orçamento, a despesa de pessoal ficou então representada pelo azul, com 85,4% do orçamento; serviços, 8,37%; bens, 4,08%, e o restante, 1,43%. Detalhando aqui então o que nós gastamos, contratos maiores com aquisição de materiais: cozinha e cozinha, as liquidações desses contratos, cento e dezenove mil, trezentos e vinte e um, no exercício de 2016; com combustível, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinco; suprimentos de informática, noventa e dois mil, quatrocentos e trinta; material de expediente, dois milhões, duzentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e sete e material de higiene, vinte e um mil, quinhentos e

seis. A liquidação nos contratos referentes aos serviços e locação de mão de obra, detalhando um pouquinho a despesa, então, nós temos os gastos com água e esgoto, oitenta e sete mil, quatrocentos e seis; cursos e treinamentos, participações em congressos, seminários, oitenta e cinco mil e setenta e sete; gasto com energia elétrica, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e dezenove; estagiários, um milhão, cento e seis mil; impressos gráficos, sessenta mil, trezentos e vinte; os nossos dois links de internet com a Claro e com a Oi, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e oito; locação de máquinas e equipamentos, os principais equipamentos são as impressoras, as copiadoras da sessão de reprografia e também os aparelhos telefônicos, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta; locação dos veículos, um milhão e vinte e nove mil; manutenção de bens imóveis, quatrocentos e oitenta e oito mil e trezentos, destacando aqui que o valor maior se refere à manutenção predial, um contrato que nós temos, manutenção de máquinas e equipamentos, aqui são diversos contratos de manutenção de catracas, de bombas, de câmeras, ar-condicionado, totalizando trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis; manutenção de software, noventa e dois mil e setenta e sete; manutenção de veículo, setenta mil e noventa e sete; publicação legal, que nós temos um contrato com a Liz Online, que tem todas as leis na internet, o valor maior e também as publicações que são feitas em editais num total de dezenove mil, quatrocentos e noventa e três; gasto com telefone, finalizando aqui os serviços, cento e quarenta e seis mil e sessenta e três. Eu trouxe aqui os principais serviços gastos nesse desdobramento. Com os nossos terceirizados, que se refere à locação de mão de obra, então, gasto com vigilância, no ano anterior, dois milhões, cento e noventa e nove mil, limpeza, um milhão, cento e setenta e nove mil, e outros gastos que são com recepcionistas, cozinheiras, garçons e controladores de acesso, oitocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e cinco. Um gasto pelo qual todos se interessam bastante é o gasto com as viagens, principalmente as diárias, então nós trouxemos aqui um slide demonstrando o valor total gasto no exercício, que ficou em quarenta e nove mil, seiscentos e dezoito, sendo com diárias o valor de catorze mil e quinhentos, passagens, vinte e três mil, oitocentos e noventa e cinco e hospedagens, onze mil, duzentos e vinte e três e vinte e cinco. Do nosso orçamento, que era de cento e quarenta milhões, o Município renasceu para a Câmara durante todo o ano, cento e vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, e oitocentos. Não foi repassado por não ter sido solicitado ao Município o valor de dezenove milhões, quinhentos e quarenta e um e duzentos, e ao final do ano, em dezembro, foi devolvido o que sobrou, que é quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e onze e trinta e nove. Durante o exercício ainda nós tivemos um rendimento das contas aplicadas, o valor das contas da Câmara, totalizando dois milhões, trezentos e setenta e um, um valor que mensalmente é repassado ao Município, para a Prefeitura e também a receita com aplicações das contas do nosso fundo, no valor total de três milhões, seiscentos e vinte, que foi repassado ao final, quando foi devolvido todo o valor que ficou depositado, desculpe, no fundo. Sobre a demonstração na forma de gráfico então, que foi utilizado do nosso orçamento que era de cento e quarenta milhões, só volta um pouquinho, Charles, então 85.72% foi a receita realizada e 14.28% a receita que não foi usada e o recurso ficou na Prefeitura Municipal de Curitiba. Em relação ao fundo, é um slide que eu estou renetindo da segunda audiência, do exercício passado, depois foi devido no segundo quadrimestre, é todo o valor que havia sido depositado no fundo, uma economia de 2009 até 2016 que totalizou uma devolução de cinquenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e um mil à Prefeitura Municipal de Curitiba, no final de junho do ano passado. De acordo com a Emenda Constitucional nº25, a Câmara não pode gastar mais que 70% da sua receita total com folha de pagamento. Então para ver como está o nosso limite, nós verificamos que se formos considerar como a nossa receita total, o nosso orçamento, nós estaríamos no limite de 61.11%, mas considerando a receita total é o valor que a Câmara teria direito no orçamento de 2016, considerando os 4.5% dos impostos e das transferências constitucionais, nós estamos no limite de 49.94%. Então no valor que poderia ser até 70% nós estamos em 50% praticamente. Em relação aos relatórios de gestão fiscal, de acordo com esta lei a Câmara não pode gastar mais de 6%

com despesa de pessoal, 6% da corrente líquida de todo o Município que é de seis bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões, considerando então a nossa despesa de pessoal do exercício anterior, que é noventa e sete milhões, novecentos e oitenta mil, verificamos o índice de 1.52% na despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida. Onde o limite de alerta seria de 5.4%, verificamos aí que a gente está então bem dentro do que a Câmara pode gastar com despesa de pessoal. Ainda em relação aos relatórios da LRF, nós temos demonstrativos de disponibilidade de caixa, então o que nós temos de conta da Câmara de vinculados ficou só um valor pequeno de mil trezentos e setenta e oito, que se refere às retenções e consignações. Desse valor é a obrigação que ficou para 2017, também é de um trezentos e setenta e oito e cinquenta e nove. Então esses recursos vinculados não temos insuficiência financeira. Em relação aos recursos livres, um total em caixa de cinco milhões, cento e setenta e nove mil, as nossas obrigações financeiras, que no próximo slide nós vamos detalhar um pouquinho, pode voltar: trezentos e setenta e três mil, seiscentos e nove reais e quarenta e cinco centavos, são os restos a pagar. Exercícios anteriores e também os liquidados do exercício atual, excetuando então essas obrigações, ficou um total em caixa de quatro milhões, oitocentos e cinco mil reais, que é justamente o que temos de restos a pagar não processados. Não há cancelamento de resto por insuficiência financeira, o valor que ficou em resto, é o valor que ficou em caixa. Só no próximo slide desdobrando então os restos a pagar do exercício temos liquidados oitenta mil duzentos e noventa e nove reais e de exercícios anteriores liquidados e não liquidados, duzentos e noventa e três mil, trezentos e dez. Um último slide para concluir. Eu trouxe uma projeção do nosso orçamento e do nosso gasto de 2012 até aqui em 2016. O que podemos verificar é que o nosso orçamento vinha subindo e de 2015 a 2016 ele ficou no mesmo valor, então não foi atualizado o orçamento da Câmara para o exercício 2016, um dos motivos também que a economia nesse exercício foi menor, num valor um pouquinho menor que em 2013, 2014 e 2015, quando tivemos uma economia substancial. O valor da despesa de pessoal foi crescendo gradativamente, ele cresce pouco, até em função de várias aposentadorias. E a despesa total cresceu um pouquinho no ano passado, em função dos investimentos que tivemos, que foram grandes em relação a outros anos. Foram dois milhões e quinhentos mil reais em projetos, obras e equipamentos. Geralmente tínhamos um gasto de no máximo trezentos e quinhentos mil reais no ano. Obrigada pela atenção de todos.- O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a palavra da Sra. Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças desta Casa de Leis. Quero mais uma vez agradecer a presença de todas as autoridades, representantes de associações, entidades, funcionários, cidadãos e Vereadores. Aos visitantes, mais uma vez, a manifestação, a inscrição, precisa ser feita com o Wagner, que está na galeria. O nosso Regimento Interno preza, no seu Art. 34 que "Qualquer cidadão poderá assistir as Sessões das galerias, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso atrapalhe os trabalhos com manifestações que provoquem perturbação no ambiente e não atenda à advertência do Presidente". Parágrafo Único: "Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertência deverá suspender a Sessão, adotando as providências cabíveis." Abrimos a participação e é importante que todos participem, mas por favor façam a sua inscrição para a participação. Os Vereadores podem fazer a inscrição com o Vereador Mauro Ignacio, que está secretariando a nossa Audiência Pública. Concedemos a palavra ao Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Sr. Presidente da Comissão, Vereador Thiago Ferro, serei muito breve. É só para fazer um registro e uma observação nesse momento, em atos e ações que tomamos desde que assumimos a Presidência da Câmara. Primeiramente também quero registrar na pessoa do Vereador Paulo Rink, que fez parte da Comissão Executiva da Mesa Executiva na Legislatura anterior, que teve um cuidado muito grande em relação ao orçamento e custeio desta Casa. Para todos os débitos transferidos para este ano foi deixado saldo e empenho, é bom registrar isso. Houve muita responsabilidade na transição para esta Mesa que assumimos. Gostaria de registrar e temos comentado muito e isso é uma determinação da Mesa e todos os Vereadores e o colégio de líderes também decidiu, que a Câmara

está focada nesse ano em especial, nesse momento em que a economia do país vive uma dificuldade, nós estamos revendo todos os gastos com o custeio da Casa, estamos conversando com todos os fornecedores. Não deixaremos de ter os serviços que a Câmara precisa ter para a sua manutenção constante, porém estamos revendo vários contratos e custeios. É uma postura que tomamos no controle do gasto. Eu gostaria de fazer uma saudação à Diretora Aline Bogo, que nos traz esses dados. Várias medidas tomamos de economia, todos os Vereadores entenderam o momento e estão participando dia a dia das decisões que estamos tomando em relação à economia de custeio e gastos da Câmara. Seria só para frisar e deixar o registro. Agradeço a apresentação da Aline, que nos trouxe os dados de forma muito transparente, dados esses que nós estamos em dia em apresentação ao Tribunal de Contas. Nossos relatórios financeiro-contábeis estão chegando dentro do prazo ao Tribunal de Contas. Em momento algum esta Câmara foi notificada por falta de informações que o Tribunal ou outros órgãos de controle nos exigem. Só para registrar isso. Também gostaria de registrar a presença do Diretor Geral, Nilton Cordoni, e dos demais Diretores da Câmara e servidores que estão aqui conosco. Era isso, agradeço. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Presidente Serginho do Posto pela contribuição, o esclarecimento e transparência ao que toda população deseja dos novos Vereadores na condução do antigo Presidente, Vereador Ailton Araújo, a sua pessoa, e os esclarecimentos dados. Muito obrigado. Queremos registrar também a presença da Liliane Ruth Coutinho, Diretora do Sismuc, e do Jonas Ramos, Secretário Geral do Sismuc. Sejam bem-vindos. Vamos receber agora o Secretário Municipal de Finanças para sua explanação, Sr. Vitor Punni, por quarenta minutos. Seja muito bem-vindo.- O SR. VITOR PUPPI:- Exmo. Sr. Presidente Thiago Ferro, em nome de quem cumprimento as Vereadoras e os Vereadores da Casa. Prezados servidores, equipe da Secretaria de Finanças, agradeço a presença e a contribuição de todos durante esses dois meses de trabalho. Antes de começar a apresentação, queria justificar que nós alteramos o modelo que vinha sendo utilizado desde 2005. Desde 2005 o modelo era atualizado, de fato continha os dados orçamentários, mas, diante do cenário que nós recebemos da Prefeitura, achamos de bom termo, para dar mais transparência à apresentação, deixar um pouco mais objetiva, mudarmos o formato. Nós aprimoraremos esse formato ao longo das próximas demonstrações, mas de fato esperamos que fique um pouco mais transparente para os Vereadores e também para os servidores, enfim, para a Cidade de Curitiba. Vamos começar a nossa apresentação. Vocês podem perceber que a ideia do orçamento é sempre ter um equilíbrio entre receitas e despesas. Então, orçamentariamente, quando se pensa na LOA, se começa um orçamento equilibrado em que a previsão de receitas corresponde ao total de despesas. Então, nós temos, para as receitas, uma previsão inicial de sete bilhões e quarenta e três milhões, e uma receita realizada de sete bilhões e sessenta e seis milhões de reais. Receitas de capital, seiscentos e oitenta e seis milhões previstos, e realizadas, cento e setenta e quatro milhões de reais. E as receitas intraorçamentárias, que são aquelas contribuições que os servidores pagam, de seiscentos e oito para seiscentos e seis milhões de reais. Então, nós temos um total previsto de oito bilhões, trezentos e trinta e oito milhões de reais, e um total realizado de sete bilhões, oitocentos e quarenta e oito milhões de reais. Se nós deduzirmos as receitas intraorçamentárias, chegamos a sete bilhões, duzentos e quarenta e um milhões de reais de saldo. Primeiro vamos ver o que são as receitas e cada aspecto de uma delas. Temos duas maiores que são as receitas tributárias e as transferências correntes. Vocês podem perceber que a previsão inicial, geralmente para essas duas, é bem próxima. Para a receita tributária temos aqui na nossa arrecadação a maior ISS, que corresponde a um total de um bilhão, cinquenta e três milhões de reais; IPTU, quinhentos e trinta e sete milhões de reais; Imposto de Renda retido na fonte, trezentos e cinquenta milhões de reais; ITBI, duzentos e cinquenta e nove milhões de reais, e as taxas, cento e vinte milhões de reais. Antes de passar para a próxima, e aqui começa a aparecer uns dados que acho muito importantes que a Cidade tenha conhecimento. A única receita que subiu em termos reais de arrecadação foi o IPTU. Então, o IPTU, sem contar a inflação, subiu 9,88%. Vou

atualizar depois esse gráfico para ficar à disposição no Portal da Transparência. As outras receitas caíram em comparação a 2015. Então, a receita, por exemplo, do ISS, contada a inflação, caiu 10.46% de queda real do ISS, de arrecadação. Já o ITBI caiu praticamente 20%, 19.90% a queda de arrecadação do ITBI. Então, dos tributos próprios da Prefeitura que são INSS e IPTU e o ITBI, o único imposto que subiu a arrecadação em termos reais foi o IPTU, uma alta de 9%. Os outros tributos, em números reais, a arrecadação caiu, ou seja, o Município tem menos dinheiro, se comparado a 2015 e 2016. Agora vamos ver as transferências correntes, que é aquele dinheiro que o Município recebe da União Federal, enfim, do Estado. Maior parte dessas transferências é o SUS, que o recurso da Secretaria de Saúde vai direto para o investimento em saúde, no valor de oitocentos e doze milhões de reais recebidos. Mesmo assim uma queda, se comparado a 2015, em termos reais, de 0.83%. A cota parte do ICMS, que é aquele dinheiro que o Estado renassa, recebemos seiscentos e sessenta e um milhões de reais, uma queda real de 3.98%, ou seja, embora o Estado tenha maiorado as alíquotas, o Município de Curitiba está perdendo arrecadação do ICMS ano a ano. Esse é um gráfico que vai aparecer também. No Fundeb, como as coisas simplesmente foram corrigidas pela inflação, não houve queda real, são quinhentos e doze milhões: IPVA também houve queda em termos reais, mais de 1.79%, totalizando trezentos e cinquenta e oito milhões. Na cota parte do fundo do Município houve um crescimento em torno de 11%, chegamos a duzentos e quarenta e cinco milhões e aí vêm as outras transferências: o FNDE, receita de convênios que se olharmos caiu 37%. Então, boa parte daquilo que os senhores olharam no primeiro gráfico, as receitas de capital que não foram realizadas se referem a convênios que haviam sido previstos no orçamento e por algum motivo o município não recebeu o dinheiro. Essa é a queda, um gráfico importante que eu não tinha percebido ainda em nenhuma das outras apresentações anteriores, mas até como forma de entender o que está acontecendo em Curitiba em relação ao ICMS. Então, esse é o índice de participação no FPM de Curitiba. Então, nós começamos lá em 2012 com 0.13%, subimos a 0.14% em 2013, e a partir daí o índice só caiu. Em 2014 fomos para 0.13%; em 2015 0.12%, em 2016 0.12%, e em 2017 a nossa previsão é de 0.11%. Isso reflete diretamente na arrecadação do município, os valores são altos e essa queda diz respeito à saída das empresas de Curitiba. Por exemplo, em 2015 para 2016 a AMBEV transferiu a fábrica de Curitiba para Ponta Grossa. Isso representou uma queda direta na arrecadação do Município. Dentre as outras empresas que saíram, obviamente devido à crise econômica, isso reflete diretamente na arrecadação do município. Bom, vamos para as despesas agora. Aqui, os senhores percebem que a balança ainda está equilibrada, porque este é um dado orçamentário, é um dado que aparece diretamente no orçamento do município. O que temos de despesas, conforme a previsão orçamentária. Nossa previsão inicial é de seis bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões, realizada de seis bilhões duzentos e quatorze, despesas de capital, novecentos e setenta e oito milhões para trezentos e quatorze. As reservas que haviam sido previstas em cento e oitenta e cinco foram zeradas e as despesas intra orçamentárias, que também, aquela despesa do servidor que vai direto para o IPMC, para quinhentos e noventa e sete milhões de reais. Então, temos um total de despesas de seis bilhões quinhentos e vinte e oito milhões de reais. Percebam, que aqui a balança está equilibrada, se pensarmos em termos de orçamento temos um resultado orçamentário, sem considerar o regime próprio da previdência social, setecentos e treze milhões positivos. Acho que está bem claro, que o dado orçamentário reflete uma realidade até interessante, mas justamente quando as coisas começam a aparecer qual é a realidade financeira do município e isso começa a tomar outro contorno e é isso que gostaríamos de mostrar para os senhores. Conforme foi divulgado na entrevista do Prefeito, o que desequilibra e qual a situação do Município real hoje. Então, aquela dívida que foi divulgada de um bilhão duzentos e oitenta e quatro milhões, se refere, justamente, a retos a pagar processados, não processados, são trezentos e sessenta e sete milhões de despesas, mais aquelas despesas que correram por fora do orçamento, que totalizam seiscentos e quatorze milhões de reais. Essas despesas incluem o IPMC, temos cento e

quarenta e cinco milhões, que são os renances que não foram feitos de setembro a dezembro de 2016 na gestão anterior e também outras despesas que são os fornecedores, temos quatrocentos e sessenta e oito milhões. Então, se somarmos os quatrocentos e sessenta e oito com os trezentos e sessenta e sete, o município deve para fornecedores, hoje, em torno de oitocentos milhões de reais, somado disso àquele parcelamento, que esta Câmara aprovou em 2016 da dívida do IPMC, duzentos e trinta e três milhões de reais mais o parcelamento do consórcio do lixo que são trinta milhões de reais. Então, se somarmos de fato as despesas orçamentárias com esse montante, que correu por fora do orçamento, nós temos um total de despesas, não de sete bilhões cento e vinte cinco milhões, mas, cento e sete bilhões setecentos e setenta e três milhões de reais, ou seja, um acréscimo, justamente num período que demonstrei que a receita caiu drasticamente sob todos os ângulos a nossa receita de Curitiba. Então, isso gerou um desequilíbrio na nossa balança. Aonde está essa dívida sem empenho, nós até já encaminhamos à Procuradoria do Município um relatório, a Procuradoria vai tomar as providências que julgar necessárias, encaminhar aos órgãos de controle, mas para explicitar quais são os segmentos em que essa dívida sem empenho existe, fizemos uma listagem dividindo pelos maiores não credores, mas pelos maiores temas. Então, o nosso maior credor hoje é o IPMC, duzentos e quarenta milhões de reais, inclusive, uma parte disso se referia àquele parcelamento que o município pediu a certidão de regularidade previdenciária perante o Ministério da Previdência e já foi recuperada, tivemos que fazer um novo parcelamento perante o Ministério da Previdência, aí, em seguida vem limpeza urbana, com cento e vinte e um milhões de reais, serviços hospitalares cem milhões, obras, as empreiteiras, noventa e um milhões, a FEAES, cinquenta e três milhões, serviços de informática, cinquenta e dois milhões, merenda escolar, quarenta, serviços de limpeza e manutenção, trinta e cinco, ICS, trinta e quatro milhões, aluguel de veículos, dezesseis milhões, energia elétrica, quatorze milhões. Vejam, esses são serviços que foram prestados, foram desenvolvidos a favor do município e não foram pagos e nem tem previsão orçamentária de pagamento, são despesas que correram fora do orçamento, justamente por isso é que mudamos a apresentação, porque se trouxéssemos todos os dados orçamentários a realidade orçamentária não reflete o que é a realidade financeira hoje do município. Temos uma pressão de caixa, ou seja, de fornecedores, de oitocentos milhões de reais, justamente por isso o desequilíbrio dessa balança. Então, o resultado, na verdade, se considerarmos o financeiro, é negativo de quinhentos e trinta e um milhões, trezentos e noventa e um mil reais. Até para fins do nosso mandamento de cumprir a LRF, qual foi o resultado primário do Município? Uma previsão negativa de cento e oitenta e seis milhões. É um superávit, surpreendente, de quatrocentos e cinquenta e quatro milhões. Mas notem, de volta eu insisto, isso não diz respeito à realidade financeira, já que as despesas estão correndo por fora do orçamento da Cidade. Um resultado nominal de cento e oitenta e sete milhões. O previsto realizado, de cento e quarenta e um milhão de reais. E aí aparece a nossa receita corrente líquida, que é justamente aquele cálculo que a diretora da Câmara apresentou há pouco, de seis bilhões, quatrocentos e vinte e nove milhões. Mas tem um porém também, que nós já temos chamado a atenção, esse montante não está deduzido da receita do FUC, que é a receita do Fundo de Urbanização de Curitiba. O que é isso? É 97% da receita do FUC, que gira em torno de setecentos a oitocentos milhões de reais, é composta da bilhetagem do ônibus. Então, esse dinheiro do ônibus, esse dinheiro que vai direto para as concessionárias do transporte público, está compondo a base da receita corrente líquida do Município. E acaba gerando uma distorção, inclusive, para tratamento do índice de pessoal, que é um outro índice que vamos ver daqui a pouco. Isso já foi detectado. Nós vamos tomar as providências para que, nos próximos relatórios, isso seja corrigido. Mas, de fato isso impacta no Município, porque, se pensarmos que deveríamos retirar da base de cálculo da receita corrente líquida, setecentos milhões, obviamente o índice com despesa com pessoal do Município subiria, não é? O nosso limite com prudencial, O limite máximo é de 54%, Prudencial de 51%. E, "orçamentariamente", o Município está abaixo, está com 45.81%. Volto a frisar que, se deduzirmos a despesa da bilhetagem de ônibus desse

valor, o impacto vai ser muito maior. Então, temos lá em baixo a despesa bruta com pessoal, de dois bilhões, novecentos e quarenta e cinco, para uma receita corrente líquida de seis bilhões, quatrocentos e vinte e nove. Por isso chegamos num atual limite de 45.81%, para fins orçamentários. O limite de dívida do Município, historicamente, é baixo. A dívida consolidada do Município é de um bilhão e noventa e sete milhões de reais. Os limites de alerta estão muito distantes da posição atual do Município. O Município tem capacidade de endividamento de longo prazo, embora não tenha capacidade de pagamento de curto prazo, de fato. Então, tem um máximo de cento e vinte. O alerta é de cento e oito. O Município está em 17.08%. E aparece ali um número que se chama dívida consolidada líquida, que é justamente a dívida consolidada menos os restos a pagar. Então, temos seiscentos e sessenta e um milhões. Somados com o resto, um bilhão e noventa e sete milhões. É um número que é alto, mas não é esse o problema do Município. O problema do Município não é a dívida consolidada, ou a contratação de empréstimos. O problema do Município é a dívida de caixa, é a insuficiência financeira para cumprir as obrigações já assumidas com fornecedores. Limite com garantias também, consequentemente, abaixo. O Município tem 3.73%, sendo que os limites máximos é 22% e o alerta 19.8%. Limites com operação de crédito. De volta, os limites também são baixos, não preocupam. Interno, externo, máximo seria dezesseis. O Município está em 0.33%. E antecipação de receita é uma operação que o Município não faz. Seria, justamente um empréstimo que se iniciaria num ano e terminaria no mesmo ano. Como os juros são muito altos, os municípios dificilmente contam com esse tipo de operação. Hoje, qual é a disponibilidade de caixa do Município? Quinhentos e vinte e seis milhões de reais. Esse valor significa os valores depositados a títulos de convênio, potencial construtivo, enfim, em 31 de dezembro de 2016. Não é um dinheiro livre. Restos a pagar, trezentos e sessenta e sete milhões. As consignações, que é um dinheiro que o município não conta, setenta e nove milhões, mais as despesas sem empenho, aquele valor que já comentei, seiscentos e quatorze. Então, existe uma disponibilidade negativa de quinhentos e trinta e cinco milhões de reais, em 31 de dezembro de 2016. Os nossos índices constitucionais, o índice da saúde, a exigência constitucional é de 15%, o município realizou como despesa, oitocentos e quarenta e um milhões que correspondem a 21.2% do limite constitucional. Já na educação, o limite mínimo é 25%, o município está em 29.4%, a receita de três bilhões, novecentos e noventa e cinco e o empenhado realizado é de um bilhão, cento e setenta e seis milhões. Esta foi a apresentação. Queria dizer aos senhores que os números do balanço estão disponíveis no Portal de Transparência, são aqueles relatórios parecidos com que a Diretora Aline apresentou, tudo aquilo nós temos. Mas nossa intenção é dar a verdadeira cara financeira que o município de Curitiba tem hoje e o que nós, no município, esta nova gestão, está enfrentando: falta de dinheiro para pagamento dos fornecedores, isso é evidente. Nós temos serviços que estão à beira de parar ou sempre ameaçando parar. Nós pagamos, atualmente, uma parte como mudamos, claro que isso vai ser corrigido com as medidas que o Prefeito decidiu tomar e deve, ainda, fechar no decorrer das próximas semanas e, provavelmente, venham à Câmara, mas é importante, inclusive, que esta situação seja da forma mais transparente possível explicada para os Vereadores, para os servidores e por isso que nós, da equipe da Secretaria de Finanças, continuamos à disposição para qualquer pergunta, já encerrando a nossa apresentação. Obrigado. (Palmas).- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a participação e apresentação do Secretário Vitor Punzi e convido-o a voltar a participar conosco na Mesa. A inscrição para os Vereadores está aberta, com o nosso vice, Vereador Mauro Ignácio. E, de imediato, também, vamos abrir para as perguntas dos visitantes que poderão apresentar as suas perguntas no microfone móvel. A comunicação da Casa lembra que todas as nossas Sessões são transmitidas ao vivo pelo site da Câmara Municipal, pelas redes sociais e que nas apresentações, ontem, tivemos o Secretário de Saúde, hoje da Diretora Financeira e do Secretário de Finanças, também estarão disponíveis na Câmara Municipal. Então, Concedo a palavra ao nosso Secretário, Vereador Mauro Ignácio.- O SR. SECRETÁRIO:- Bom, para a primeira rodada com três perguntas, nós temos aqui o Wagner Argenton - Presidente do Sismmac, Luiz de Andrade - Presidente do

Sindicâmara e a Viviane Bastos da prefeitura.- O SR. PRESIDENTE:- Dois minutos para cada pergunta. Obrigado.- O Sr. Wagner Argenton:- Bom dia, meu nome é Wagner, corrigindo, não sou presidente do sindicato, a gente tem uma gestão colegiada. Uma insatisfação com o tempo. É muito pouco tempo para a população se pronunciar. Então, vou direto para as perguntas, porque eu não vou conseguir fazer os comentários que seriam muito importante serem feitos. Primeiramente, quando é que vocês vão nos receber? O Rafael Greca já recebeu o ofício dos cinco sindicatos e acredito que o Secretário de Finanças deve estar presente, também, nesta reunião, junto com o prefeito. Lembrando que ele se reuniu hoje com o pessoal dos manifestantes do Zombie Walk e ainda não respondeu os cinco sindicatos que representam quarenta e três mil servidores ativos e inativos da cidade. Segundo, muito se anuncia sobre o pacote de ajuste fiscal que se quer implementar e é importante que o Sr. Secretário já antecipe o que se pretende fazer aqui e a gente quer saber se será algo semelhante ao que vem acontecendo no Rio de Janeiro e na cidade de Florianópolis. Em relação a LRF que o Secretário traz. Se a Lei de Responsabilidade Fiscal está em 45%, por que os comentários na grande mídia são de que a data base dos servidores não vai ser cumprida ou que vai ter dificuldades neste pagamento, sendo que o limite da LRF está bem longe, estamos em 45%? Em relação, também, ao Refic, não temos esses dados, queremos entender porquê a prefeitura não divulga esses dados do perdão de dívidas que vocês fazem. Inclusive, gostaríamos de saber quem são os maiores credores do município? Acho que não sou só eu que quero saber isso, não é, senhores Vereadores? Temos cinco bilhões e trezentos milhões de dívidas. Quem são os maiores devedores do ISS que é a maior fonte de receita da cidade e que esse dado não é divulgado? Pelo tempo, é isto. Acredito que os demais farão as outras perguntas. Obrigado.- O SR. SECRETÁRIO:- O próximo é o Luiz Carlos de Jesus Andrade.- O Sr. Luiz Carlos de Jesus Andrade:- Bom dia, Sr. Secretário, senhores Vereadores. A minha questão é um complemento a um aspecto já abordado pelo companheiro Wagner. Nós sabemos que tem uma execução superior que seria cinco bilhões e trezentos milhões que é quase mais um orçamento da cidade. Muito se fala em ajuste fiscal, muito se fala em cortes de despesas. Nós vemos a despesa detalhada aonde vai e para quem. E nós deixamos de saber, esse dinheiro que não entra, quem são esses devedores? Quantos por cento dessa dívida é dos maiores, quantos por cento representa aquele pequeno, aquele cidadão que não consegue pagar o IPTU, porque é quase mais um orçamento que a cidade não entra, e nós gostaríamos que essa dívida viesse ao centro do debate, junto com o ajuste fiscal. Quais as ações mais fortes que a prefeitura pode fazer para tentar receber essa dívida? Houve o Refic recentemente e não ficamos sabendo qual o resultado disso. O que entrou e o que deixou de entrar? Então é basicamente isso, nós gostaríamos que esse ajuste não fosse só na despesa em cima dos fornecedores, da previdência, dos servidores, mas passassem a ser desses devedores que não cumprem a sua obrigação e são protegidos ainda por sigilo. Seria isto. Obrigado.- O SR. SECRETÁRIO:- Próxima inscrita, Viviane Bastos.- A Sra. Viviane Bastos:- Primeiro reforçar o que o Wagner colocou, os sindicatos querem ser recebidos. O Prefeito Rafael Greca vem anunciando que não tem como pagar o plano de carreira do magistério municipal, que foi aprovado nesta Câmara em 2014, alguns vereadores estavam aqui naquele momento, inclusive, cobrávamos a discussão do impacto financeiro desse plano que foi aprovado e que, segundo a gestão anterior, deveria ter sido pago já em dezembro de 2016 a finalização da implementação do plano. Nós queremos saber dessa administração, como o Wagner já colocou aqui, temos margem na Lei de Responsabilidade Fiscal e temos previsão orçamentária para pagar o plano. Então, não tem porque o prefeito anunciar na grande mídia que não vai atender o pagamento do plano, que não pode pagar o plano e não reunir com o sindicato e com a categoria para fazer essa discussão, inclusive. Então, é uma falta de respeito, registro aqui, e coloco essa pergunta, queremos saber cadê o estudo do impacto financeiro, então, do final da implementação do plano, e o estudo relacionado à própria folha de pagamento, por que falar que não tem dinheiro ou fazer essa justificativa em geral e não divulgar de fato os dados não nos satisfaz, o magistério está aqui para cobrar a implementação do plano de carreira, conforme a Lei 14.544 de

2014, e essa dívida é da prefeitura atual.- O SR. VITOR PUPPI:- Vou tentar abordar todos os pontos. Com relação ao pacote do ajuste fiscal, ele ainda não está fechado. Então, o Prefeito ainda está revendo as medidas, ainda estamos discutindo. A ideia do pacote é justamente ter uma condição para Curitiba que nos afaste do que está acontecendo no Rio de Janeiro, o exemplo que a servidora citou, nós não queremos e não podemos chegar ao ponto de parcelar salários, de não pagar os salários dos servidores já que não estamos pagando os fornecedores. É claro que a ideia sempre é manter o caixa em dia. Vamos adotar as providências para regularizar essa situação. Não é do dia para a noite, porque é uma dívida muito grande, por isso fiz questão de trazer para vocês, não só aqueles dados orçamentários, mas, principalmente, aqueles dados que correram por fora do orçamento. Todas as providências que pensamos na Prefeitura se direcionam justamente para Curitiba não chegar a um ponto, devido a quedas de receitas, que não é de 2015, é de 2012, o índice, por exemplo de ICMS, nossa Receita Corrente Líquida subiu muito pouco, se é que subiu nos últimos anos em termos reais, então, as nossas providências desse pacote se direcionam à garantia do pagamento dos servidores em primeiro lugar, dos fornecedores, dos prestadores de serviço, da previdência. Obviamente, esse ajuste vai ter que passar por uma reforma da previdência já que é sintomático que o município não tem pago as contribuições devidas ao instituto. Temos um plano que é muito bom, muito bonito no papel, o município deveria renassar um valor muito significativo, mas não tem dinheiro para renassar. Então, é importante ter essa dimensão, que o município não deixa de renassar para privilegiar algum outro credor. Na verdade, vejam, a Prefeitura está em haver com os fornecedores. Ou seja, a Prefeitura está em haver com todos e também, obviamente, com os servidores, já que esse plano deveria ter sido implementado em dezembro. E já entro na questão do espaço orçamentário e do limite prudencial para dizer o seguinte, de fato o limite prudencial, hoje, está em torno de quarenta e cinco por cento. Mas isso, se considerarmos essa realidade quase que esquizofrênica, que o município está percebendo hoje, que é exatamente esse descompasso do que é orçamentário com o que é real. Se tirarmos aquele dinheiro da bilhetagem do ônibus, que não é um dinheiro do qual o município dispõe, já que é um dinheiro que vai direto para as concessionárias do transporte público é óbvio que o resultado vai ser diferente. O prefeito tem determinado inclusive com relação ao recebimento dos sindicatos, vamos receber sim, estamos há dois meses trabalhando muito para primeiro diagnosticar e depois tomar as medidas ou planejar as medidas que precisam ser tomadas para colocar o município de Curitiba de volta aos trilhos. Mas vamos sim receber, vamos dialogar com os sindicatos, com os servidores, o prefeito já deixou claro isso. Mas a prioridade é pagar. Então, acredito que, hoje em dia não é fácil para o município pagar salários. Espero que tenha ficado claro nessa apresentação. Do contrário, qualquer outro pedido de informação pode também ser respondido pela Prefeitura. Com relação ao Refic, nós ainda não fechamos os dados, devemos fechar em breve. Assumo o compromisso de, inclusive divulgar o que foi o resultado do Refic, espero que tenha sido relevante. Ainda não fechamos, então não dá para ter a dimensão do que foi o programa. Com relação a esse incremento do mecanismo de cobrança dos devedores, eu acho que quem perguntou tem total razão, o município de fato tem a receber em torno de cinco bilhões de reais em dívida ativa. Alguma parte dessa dívida é muito antiga, ou seja, o município não vai receber por mais que esteja cobrando judicialmente. Muitas empresas já se encerraram. E isso é a realidade não só de Curitiba mas de qualquer município, dos Estados também, a dívida ativa é muito alta e o mecanismo de cobrança é insuficiente. Uma medida que nós já podemos adiantar é que vamos sim protestar a dívida ativa, ainda estabelecer um limite, vamos encaminhar para protesto a dívida ativa desses devedores, não só os grandes, mas todos de uma forma isonômica. O que tem que ser feito, realmente, é a Prefeitura cobrar o que é devido a ela. Vamos também, pensar uma reforma administrativa do próprio Conselho de Contribuintes, e também as prestações do Município que estão atrasadas no Tribunal de Contas. O Contador Geral do Município, que é o Claudinei, que está aqui atrás, tem essa dura missão. Mas tem adiantado o serviço e colocado em dia o que se chama de SIAM, que é a prestação para o Tribunal

de Contas, e que inclusive nos imede de ter a certidão liberatória do Tribunal de Contas. Então, o Município hoje não tem também, o Município está com o nome suio no Tribunal de Contas: estava no Ministério da Previdência, mas nós já recuperamos. E, para finalizar, acho que é importante ter essa noção do plano de carreira, que é a reivindicação justa dos servidores, mas é preciso entender que nesse momento tem que haver o espaço orçamentário. O dado que foi divulgado pode, de fato, dar a impressão de que existe o espaço orçamentário, mas de forma transparente, e acho que esse tem que ser o diálogo, tem que ser demonstrado aos servidores que primeiro é preciso ter a capacidade de pagar, para depois fazer o plano, fazer a transição, conceder o reajuste, os aumentos e, dentro de uma realidade responsável do Município. Então, chegamos agora, o Prefeito tem sim determinado que nós atendamos os servidores, eu sou servidor público de carreira do Estado, então, sei quais são as reivindicações, mas precisamos fazer isso com responsabilidade. Vamos chegar lá, mas é preciso que as medidas que o Prefeito determinar sejam adotadas, para que o Município se reequilibre. Então, precisamos primeiro nos reequilibrar, para depois, de fato, implementar, pensar em reajuste, pensar em aumento, pensar em revisão de planos de carreiras.- O SR. SECRETÁRIO:- Temos mais três pessoas inscritas: a Liliene Tsumanuma, a Érika Oliveira e a Maria Luciana Ramos. Com a palavra a Sra. Érika Oliveira.- A Sra. Érika Oliveira:- Bom dia. Estou aqui hoje em nome dos profissionais da educação, e a minha pergunta é referente a como que a Prefeitura vai apresentar propostas em relação ao quadro de funcionários. Vocês acabaram de apresentar que um dos itens aí que dá mais problema para orçamento é a folha. Mas eu, que sou uma profissional, que estou na escola hoje, preciso dizer a vocês que a falta de funcionários prejudica, e muito, o trabalho para o servidor público. Acredito que isso tenha acontecido também em outros setores do funcionalismo público. Para relatar a vocês a experiência da minha escola, que é uma escola integral que atende quinhentas crianças, hoje, estamos com apenas um inspetor. É impossível essa escola atender essas crianças com qualidade. Então, a minha pergunta hoje para a gestão é: como é que vocês vão trabalhar com a questão da nomeação de mais profissionais, para suprir o quadro de funcionários que precisamos hoje para trabalhar com qualidade? (Palmas).- O SR. SECRETÁRIO:- Com a palavra a Sra. Liliene Tsumanuma.- A Sra. Liliene Tsumanuma:- Meu nome é Liliene, sou professora da Rede. Em primeiro lugar, gostaria de perguntar, já que foi informado que o senhor vai nos receber, que vai receber o Sindicato, gostaria de saber se vai receber para conversar, para ter esse diálogo, antes de enviar o plano orçamentário ou depois? Porque, se for nos receber depois de enviar o plano, aí concordam comigo que não tem muito sentido, né? Aí, será uma ação, uma atitude sem conversar antes com os servidores. Em segundo lugar, falo aqui como professora mesmo, de chão da escola, que acho que a maioria aqui não conhece a realidade das escolas de Curitiba, estamos com uma grande falta de professores, como a colega apontou aqui, estamos com falta de servidores, auxiliares, inspetores. Na minha escola, inclusive, fizeram uma crueldade. Eu não sei qual é a intenção dessa nova gestão em relação à educação, mas vou apontar aqui algumas coisas que eu tenho observado em apenas dois meses de serviço. Eu não sei se vocês estão trabalhando, como o Secretário disse que estão trabalhando arduamente, mas se estão vendo as ações no concreto. Então, assim, por exemplo: nós temos uma servidora que trabalha na secretaria da escola há vinte e cinco anos quase, ela está para se aposentar. O que fizeram com ela? Retiraram do serviço da secretaria e a colocaram numa escola que já está sem inspetores para fazer um serviço auxiliar de inspetora, serviço externo. Então, retirar uma pessoa que está para se aposentar de um serviço que ela já atua há um bom tempo, para preencher uma lacuna que existe em outra escola, deixando outra lacuna. São medidas que não têm muito sentido, e nossa escola que é em tempo integral, nós temos também um enorme prejuízo de professores, então, nós não estamos tendo nossa hora-atividade, que é uma lei também, os 33%, nós atuamos por vezes em quatro, cinco professoras para várias turmas, oito turmas, às vezes uma professora fica com...(Término de tempo).- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. Com a palavra Maria Luciana dos Reis Ramos.- A Sra. Maria Luciana dos Reis Ramos:- Bom dia a todos, sou professora da rede municipal,

trabalho na escola Dr. Francisco Hübert, venho aqui representando não só minha escola, mas também em apoio aos trabalhadores em educação. Esta Casa procura sempre fazer referências a legislações, levanta encaminhamentos em relação a leis, e uma coisa muito me preocupa e acho que preocupa grande parte do magistério, grande parte da sociedade. Todos os anos é feito um levantamento, uma avaliação, de planejamento em relação aos gastos que serão feitos no ano seguinte, chamada LOA. Em 2015, a LOA de Curitiba tinha previsão orçamentária para fazer inserção do plano de carreira dos servidores. Em 2016, a previsão continuou acontecendo. A minha pergunta é: se havia previsão orçamentária em 2016 para que nosso plano de carreira fosse efetivado, por que não ocorreu? E onde foi parar esse dinheiro? Se esse dinheiro não foi usado para educação, foi usado para quê? Se não me engano, os Vereadores costumam acompanhar as contas também, então, isso também é responsabilidade dos Vereadores. Se estiver enganada, por favor me corrija. Outra situação, permaneceu dentro da lei orçamentária de 2017, que foi votada no ano passado, como disse a Viviane também, representante do sindicato, permaneceu lá a previsão orçamentária. Na época, final de ano, nós tivemos eleições municipais e o atual Prefeito garantiu, assumiu o compromisso de que estaria assumindo o compromisso perante os servidores sobre quaisquer acordos que o Prefeito havia assumido com os servidores municipais em tempo. Portanto, gostaria de saber se em 2016 havia previsão orçamentária, havia dinheiro, por que esse dinheiro não veio de fato para a questão que foi avaliada, votada e aprovada pela Câmara. E em 2017 também tem previsão orçamentária, nós vimos baseado nos números que há possibilidade de fazer o pagamento, não entraremos... (Término de tempo).- O SR. VITOR PUPPI:- Eu agradeço as perguntas e vou tentar responder. Algumas coisas eu já disse. Então, com relação a essa gestão da educação, a parte dos inspetores e dos professores, eu obviamente vou ter que remeter a questão à secretária de educação mas o que eu posso dizer é que o prefeito determinou e nós estamos estudando um espaço orçamentário disso, de renovação de professores, o prefeito já anunciou isso e será cumprido. Obviamente terá que se achar espaço orçamentário, não é simples diante da situação do município, e acho que a partir daí eu respondo a última pergunta, que foi muito bem colocada e diz respeito se há previsão orçamentária ou se havia previsão orçamentária, porque isso não foi implementado inclusive, no ano passado já, deveria ter sido ano passado e não foi. Não foi justamente em razão desse desequilíbrio que existe hoje em Curitiba, do que é o orçamento e do que é a realidade financeira do município. Esse dinheiro que a servidora perguntou para onde foi esse dinheiro, ele foi de fato, para pagamentos de despesas que estão acontecendo ao longo dos anos e não tem previsão orçamentária. Então todas essas despesas se empenham obviamente não se refere só a um exercício, se refere a uma bola de neve que agora, nós podemos demonstrar. Então o fato de existir previsão orçamentária, depende também de existir previsão financeira e se nós somarmos e também subtrairmos aquelas despesas sem empenho, me parece que fica claro aquela previsão não tem se concretizado, justamente no momento em que as receitas do município, sob todos os aspectos, com a execução do IPTU que subiu em torno de 9%, todas caíram, ICMS, participação do município caiu, ITBI caiu quase 20% em um ano, e o ISS também teve expressiva praticamente de 10%. Então nós precisamos corrigir isso primeiro para ter espaço de fato, um espaço real, um compromisso real, orçamentário e que seja sério. Eu acho que é isso que o prefeito determinou, um compromisso sério que possa ser cumprido de fato, não simplesmente uma promessa e aí se empurra a questão para frente. Com relação ao pacote, nós estamos ainda finalizando o pacote, esperamos mandar para a Câmara o mais rápido possível e vamos sim, dialogar, assim como estamos dialogando agora, estou disposto a responder todas as perguntas e a ideia sempre de transparência. Então esta gestão do prefeito determinou isso, que nós dialoguemos com transparência mas também com realidade, e os números nós já sabemos e estão aí demonstrados.- O SR. SECRETÁRIO:- Mais quatro inscritos para finalizar. Sr. Presidente, Adriana Cláudia Kalckmann, Erni Benjamin Stein, Antônio Prim e Diana Abreu. Primeira inscrita, Adriana Cláudia, servidora.- A Sra. Adriana Cláudia Kalckmann:- Sou professora de educação infantil, e

eu vou tentar ser mais sucinta possível até porque os companheiros que me antecederam já colocaram todos os embasamentos. Que o desrespeito com a educação já começou nesta gestão é claro, principalmente quando começam a terceirizar os serviços tanto na educação infantil, como na educação básica. A questão, a pergunta vai no seguinte sentido: não é só no sentido de não ter a implantação de plano de carreiras, a questão é também que a lei onze mil e os demais servidores, nenhum deles tem plano de carreira, que também era um compromisso da gestão passada e deveria continuar sendo dessa gestão e não está sendo. A minha pergunta é o seguinte: Há duas semanas atrás, quando houve o aumento da passagem de ônibus, o próprio prefeito em rede nacional, colocou que este aumento se dava porque começavam as negociações dos trabalhadores do transporte e eles teriam que ter o aumento. Então a minha pergunta é: esta gestão pretende garantir as relações trabalhistas com as empresas que o ajudaram a eleger? Porque a gente sabe muito bem que a empresa de transporte, as terceirizadas hoje que servem alimentação e fazem limpeza dentro das escolas, são as empresas que financiam as campanhas eleitorais de quem hoje está eleito e está lá dentro. E isso quem vai pagar a conta é o servidor? Essa é a minha pergunta, porque quando se aumenta o transporte, justificando que os trabalhadores de lá tem aumento e não se faz o pagamento devido aos servidores que tem um compromisso da gestão passada e desta, a minha pergunta é: são os servidores públicos que vão pagar a conta das campanhas eleitorais do Prefeito? - O SR. SECRETÁRIO:- Concedemos a palavra ao Sr. Erni Beniamin Stein, da Associação Comunitária Vila Real.- O Sr. Erni Beniamin Stein:- Bom dia a todos. É uma pergunta ao Sr. Secretário. Desde 2011 estamos aguardando a execução de uma obra na Rua Iolanda João Toninelo, no Bairro São Braz. Depois de muitas gestões, na gestão passada foi conseguido colocar no orçamento, foram previstos recursos com a Secretaria de Finanças, com a Secretaria de Planejamento e com a Secretaria de Obras. Foi autorizada a licitação e até agora, já estamos no final de fevereiro, e as obras não tiveram início. É um risco muito grande de alagamento nessa região e pedimos que o Secretário nos informe como está o andamento dessa licitação. Por fim, queria fazer uma sugestão, aquele colorido da apresentação fica muito ruim de visualizar ali de cima. Se puder trocar as cores ou contrastar melhor, seria uma boa oportunidade. Obrigado.- O SR. SECRETÁRIO:- Concedemos a palavra ao Sr. Antônio Prim, também da Associação Vila Real.- O Sr. Antônio Prim:- Sr. Secretário de Finanças e Srs. Vereadores. Também ligado a questão dos alagamentos e como consequência, a provisão para drenagem, agora envolvendo as Ruas Nabal Guimarães Barreto, Constantina Dória de Oliveira e ruas periféricas que acompanham. Na época das chuvas de verão os alagamentos são muito intensos e vários moradores têm esse incômodo cada vez maior. Foi realizado estudo na Prefeitura, após os encaminhamentos da comunidade, como abaixo-assinado e houve várias reuniões e audiências. Chegou-se a montar um projeto para executar o serviço, o que vai ser feito. Esse estudo foi todo realizado e antes da eleição já estava concluído e aprovado. Com a promessa do Prefeito na época, já com recursos orçamentários disponíveis, já iniciar a obra para amenizar a situação. Isso ficou tudo congelado, não aconteceu mais nada lá. E os problemas estão se tornando cada vez maiores. Esperamos que haja uma posição e os encaminhamentos para resolver essa situação o mais breve possível. Obrigado.- O SR. SECRETÁRIO:- Concedemos a palavra à Sra. Diana Abreu.- A Sra. Diana Abreu:- Bom dia a todos. Saúdo esta Casa e os trabalhadores em educação e os outros trabalhadores do Município que estão aqui, lotando as galerias. Até onde, Secretário, vai essa disponibilidade de diálogo, quando nas últimas mesas de negociação entre os sindicatos, as pessoas que estavam representando a Prefeitura, tanto do RH quanto do IPMC, condicionaram a aprovação dos projetos do pacote, que vamos começar a chamar de "pacote de maldades" da gestão Greca, porque é nesse sentido que esses pacotes virão. Condicionar o pacote, a vinda do pacote, para então discutir as demais questões dos servidores. Até na sua fala anterior você coloca que vai enviar para cá e não coloca a discussão com os servidores no meio desse processo. Outra coisa, em relação a dívida da Prefeitura de Curitiba, tem um problema aí. A dívida com o IPMC, por exemplo, é uma dívida que deverá ser paga até 2021, portanto, essa dívida não é

uma dívida para o ano de 2017. Outra coisa, em relação as contas empenhadas, são empenhadas onde e quando? Se existe alguma intenção de transparência dessa gestão, os sindicatos querem a folha de pagamento da Prefeitura, para poder analisar essa folha de pagamento que vocês sentam em cima e não nos deixam ter acesso. Outra coisa, em relação ao Fundeb, Secretário, O Fundeb é um fundo de valorização dos trabalhadores em educação, que só pode ser gasto com MDE. Quanto a Prefeitura tem gasto com o Fundeb? Qual o valor do Fundeb hoje? Quanto do Fundeb representa pagamento de professores, e qual a evolução, se tem transparência nessa gestão, e eu acho que nosso falar, sou representante dos sindicatos também, nós queremos as contas do Fundeb abertinhas para que a gente possa avaliar, para observar quanto...(Término do tempo).- O SR. VITOR PUPPI:- Essa me parece uma questão de encaminhamento das medidas de ajuste. Eu não vejo nenhum problema de encaminhar isso, informar, chamar e demonstrar aos servidores, até porque a intenção é justamente essa, de transparência. O que nós temos que pensar sempre é trabalhar dentro de uma realidade financeira-orçamentária que seja pensada com fundamento no equilíbrio. O que nós não podemos fazer, obviamente, é pensar agora em aumentar despesas, se nós temos uma dívida desse tamanho para pagar. E voltando um pouco na questão que foi colocada com relação ao IPMC, note que essa dívida não é só dívida fundada, toda a dívida do IPMC é de despesas correntes, que deveriam ter sido pagas naquele exercício em que elas foram originadas, ou seja, nós estamos falando de despesas dos exercícios de 2015 e de 2016, que uma parte dessas despesas foram jogadas para frente, e uma parte não se fez absolutamente nada, simplesmente se deixou de pagar de setembro a dezembro, não se parcelou, não se fez nada. Então, uma dívida que não é para frente, é uma dívida que está aqui hoje com o caixa da Prefeitura, e a Prefeitura vai ter que achar alguma forma de honrar esse compromisso. Com relação a parte das obras que a Associação de Moradores perguntou, eu não sei, e vou encaminhar essa pergunta para o Secretário de Obras. Vou pedir para anotar o nome da rua, a área dessa drenagem, qual a licitação que de fato deveria ter ocorrido e não ocorreu, e vou repassar. Eu me comprometo a pedir a ele que retorne. Só peço ao senhor que falou para que nos passe os detalhes de quais são as obras. Vejam, nós estamos na Prefeitura há dois meses. Então, essas promessas, essas obrigações que existem precisam ser enquadradas, são prioridades da gestão, eu sei que o servidor é prioridade do Prefeito, ele me fala isso todo dia, me pergunta sobre os salários, se vamos ou se não vamos conseguir pagar. Vamos pagar. Vamos, inclusive, em razão da arrecadação do IPTU, na sexta-feira, para ser transparente com vocês, nós vamos conseguir adiantar o pagamento dos salários dos servidores, para o dia 24, quando deve ser depositado, mas também é preciso um pouco de compreensão, porque nós estamos há dois meses. Não é do dia para a noite que todas essas situações são resolvidas. Com relação ao Fundeb especificamente, essa verba do Fundeb é extremamente fiscalizada, é um recurso que vem do Governo Federal, passa por um mecanismo de controle rígido. Ele é sim direcionado para a educação, 100% para a educação. Não posso dizer como foi a prestação de 2015 e 2014, da gestão passada, mas essa gestão, com certeza absoluta, 100% do Fundeb, até porque não poderia ser diferente, é uma obrigação legal, tem que ser para a educação, e o maior percentual do Fundeb vai ser empregado, como de fato é, para pagamento de folha dos professores. Uma parte só do Fundeb é destinada ao custeio, mas a grande parte vai para o pagamento da folha. Para finalizar, com relação às terceirizadas, acho que foi a primeira pergunta, os ônibus. Essa questão do ônibus o Prefeito explicou, não é que o Prefeito está privilegiando qualquer terceirizado em detrimento do servidor, mas é uma negociação, um acordo coletivo que as empresas de ônibus têm com os cobradores e com os motoristas de ônibus e que fatalmente vai acarretar um incremento na passagem, e isso somado àquele desoncaixe do Fundo de Urbanização de Curitiba, que justificou esse aumento de passagem, um renascimento da renovação da frota, tudo isso que já foi explicado pelo presidente da Urbs e pelo prefeito. Não sei se deixei escanar alguma coisa, mas me parece que respondi.- O SR. SECRETÁRIO:- Encerrando a participação da comunidade, passamos agora para a Comissão de Economia, abrindo com o Presidente Tiago Ferro, em seguida, Bruno Pessutti e Professora Josete.- O SR.

PRESIDENTE- Fica a advertência a todos que estão participando de que a manifestação foi cordial, concedida por ordem, e que ela precisa ser silenciosa para um decorrer dos trabalhos e em respeito a todos que estão aqui. Agradeço. Nós da Comissão de Economia, Fiscalização e Finanças e a Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal de Finanças e o secretário, queremos possibilitar maior transparência nos dados financeiros orçamentários, visto a apresentação do secretário hoje, gostaríamos que esse diálogo permanecesse aberto e o mais transparente possível. A comissão sabe e entende a falta de integração entre os sistemas da Câmara Municipal de Curitiba e da Prefeitura, e isso dificulta o trabalho dos servidores, impede maior agilidade das funções básicas diante os órgãos. Então, após estudos internos da Câmara Municipal, as Comissões, Jurídico e Informática, a comissão fará um requerimento à prefeitura com o intuito de integrar o sistema para maior eficácia dos trabalhos, publicidade e transparência à população. Então, apenas uma atitude da comissão exatamente naquilo que nos é incumbido de fiscalizar a Prefeitura Municipal. Obrigado, Sr. Secretário.- **O SR. SECRETÁRIO:-** Vereador Bruno Pessutti.- **O Sr. Bruno Pessutti:-** Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Secretário. Agradeço a presença. Primeiro lugar, parabéns pela correta e lúdica observação da inclusão do FUC na receita corrente líquida do município. Esse é um alerta que desde que estou vereador, há quatro anos, participando da Comissão de Economia, fazemos junto com outros vereadores, de que isso é uma ilusão criada dentro do orçamento municipal, acabaria uma hora prejudicando toda a Cidade de Curitiba, e não só o orçamento da cidade. Parabéns por essa observação e a possível retirada dessa ilusão que é o FUC dentro da receita corrente líquida do município, afinal essa transparência precisa ser passada para que toda a Cidade de Curitiba se beneficie do orçamento que ela tem. Uma pergunta que eu faço logo de cara, como está aquela questão referente ao um bilhão e oitocentos milhões que seriam destinados ao metrô. Se o prefeito conseguiu, ao invés disso, transformar esse recurso em obras de mobilidade e investimento para a Cidade de Curitiba e se essas dívidas de curto prazo seriam motivo para uma novação com os credores do município, pensando principalmente nos credores, naquelas pessoas ou pequenas empresas que sofrem mais com a falta de pagamento. Estou aqui em mãos com uma sugestão que quero fazer ao secretário, e entregarei ao Líder do Prefeito, para que seja estendido o prazo do Refic para até 28 de abril de 2017, que é o prazo fiscal do ano, mesmo dia que se encerra o Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas, para que possamos estender esse Refic até o dia 28, possibilitando às pessoas físicas e jurídicas, que não conseguiram fazer essa adesão, sejam contempladas com isso. E desejar sorte, um bom trabalho, bastante força de vontade. Parabéns.- **O SR. PRESIDENTE :-** Vereadora Professora Josete.- **A Sra. Professora Josete:-** Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Secretário Vitor Punni, também a todos os servidores que estão aqui acompanhando. É muito importante a participação popular nas audiências públicas e também dos demais cidadãos que estão aqui presentes. Eu tenho algumas dúvidas em relação aos renúncias ao IPMC. Ficou nítido na sua apresentação que o Executivo não fez o renúncia de setembro a dezembro de 2016. Gostaria de saber se isso inclui também o parcelamento da dívida anterior, se essas parcelas não foram pagas? O senhor também citou a questão de um novo parcelamento de dívidas do IPMC. Queria entender isso, porque já aprovamos isso no ano passado, o que exatamente o senhor quis dizer com isso? Também nos preocupa a questão em relação aos contratos que estão colocados na prestação de contas no Portal da Transparência. Na verdade, há vários deles que não são atualizados desde 2014/2015 e alguns desde 2012. Por exemplo, em relação à CAVO, a última atualização é de 17 de dezembro de 2012. Então, gostaria de saber se há esse compromisso como foi colocado que haja transparência, que haja atualização dos contratos, inclusive, em relação às novações que aconteceram na gestão passada. Acho que isso é importante para os Vereadores poderem fazer o seu papel de fiscalizadores. Além disso, também fazemos um questionamento em relação à retirada do Fundo de Urbanização em relação às receitas correntes líquidas do município, por quê? Porque em determinados momentos isso é importante para a prestação de contas para o Tribunal de Contas, porque o município

está com suas questões sanadas, em outros momentos isso acaba sendo utilizado como elemento para dizer que não é possível dar reajustes para os servidores. Então, queremos o cumprimento da data base, acho que isso é fundamental para todos os servidores... (Término do tempo). - O SR. PRESIDENTE:- O secretário vai responder. - O SR. VITOR PUPPI:- Vou falar com relação ao parcelamento, o que foi parcelado do IPMC e o que não foi. De 2015 a 2016 foi parcelado aquele parcelamento de duzentos e trinta e três milhões de reais, esse parcelamento começou a ser pago no final de 2016, salvo engano outubro ou novembro, e foram pagas as parcelas em torno de quatro milhões de reais ao mês. Com relação ao novo parcelamento, o que é esse novo parcelamento? É a contribuição patronal que o município deixou de fazer de dezembro. Então, qual é a composição da dívida que ficou em aberto e não foi nem renegociada e nem parcelada? De setembro a dezembro não se pagou nada, em dezembro ainda não se pagou a contribuição patronal que são os noventa e dois milhões de reais e esse valor já foi encaminhado um pedido de parcelamento para o Ministério da Previdência justamente para renovar a certidão de regularidade previdenciária que o ministério cortou há mais ou menos duas semanas, com o fundamento naquela lei que foi aprovada. Então, aquele valor já foi encaminhado um pedido de parcelamento, o que ainda não foi é esse saldo de setembro a dezembro. Então, temos um novo parcelamento de noventa e dois milhões de reais, que é a patronal, e os aportes de setembro a dezembro que não foram ainda encaminhados. Com relação ao FUC o que me parece é o seguinte: existe uma impressão que, inclusive, li hoje no jornal, pensando nas contas do Estado, mas serve também para as contas do município, que quando o município está abaixo do limite prudencial o município ou estado ou o ente público está bem, saudável. Isso pode até se comprovar dentro de uma realidade orçamentária e financeira sólida, porque se compararmos, apareceu uma reportagem há alguns dias no valor econômico, mostrando todos os municípios do País e negando os dados orçamentários. Curitiba, por exemplo, foi encaminhado esse dado do superávit de quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, que não considera as despesas sem empenho. Então, o FUC na receita corrente líquida, e essa distorção que existe, deveria simplesmente ter um padrão para todos os municípios e para todos os estados. O que acaba acontecendo é que por ora o Estado ou o Município está abaixo do limite prudencial, mas não reflete a realidade. No Município de Curitiba é isso. Porque veja, se o Município mal ou bem consegue pagar, isso não é dessa gestão, mas da gestão passada, a folha de pagamento, o próprio IPMC, quando o Município deixa de pagar a contribuição patronal significa justamente que ele não está conseguindo pagar a folha de pagamento, e o limite prudencial está lá embaixo, dá para perceber que a realidade, enfim, esse termômetro que o limite prudencial faz não é, às vezes, acurado justamente em razão dessas distorções como por exemplo o FUC na base de cálculo. Com relação à pergunta do Vereador Bruno Pessuti, dos pequenos credores. O Prefeito determinou que nós déssemos uma solução diferenciada para os pequenos credores. Nós vamos dar. Eu fico à disposição para receber a sugestão. Isso é um compromisso também, vai ser feito. O que nós não definimos ainda é qual a linha de corte que o Município vai utilizar para pagar esses pequenos credores. Mas isso vai ser feito com relação a uma nova novação. O que se precisa pensar é que essa nova novação tem que caber no bolso da Prefeitura. Então não adianta parcelar em doze, vinte e quatro, trinta e seis, cem, duzentas parcelas, se não se tem um estudo de fluxo de caixa que comporte o parcelamento. E a conta é matemática básica. Se pensamos numa dívida de oitocentos milhões com fornecedores, se parcelarmos isso em dez anos, são oitenta milhões por ano. Então são em torno de sete, seis milhões de reais por mês. É muita coisa para o tamanho de Curitiba. Então estamos pensando em soluções, estamos pensando em alternativas para pagar, mas vai passar por um privilégio, vamos chamar assim, daqueles mais afetados, que são os pequenos credores, e é a grande maioria de Curitiba. A Vereadora Professora Josete perguntou sobre o Portal Transparência. Eu vou pedir de fato que se verifique. Acredito que alguns contratos não estejam atualizados porque de fato deve ser o mesmo contrato. Não deve ter um aditivo, alguma coisa assim, mas de toda forma vou encaminhar esse pedido para que os contratos sejam revistos de modo

que o Portal da Transparência reflita qual o contrato que está iustamente em vigência no período. Só para finalizar com relação ao metrô, a Secretaria de Governo já respondeu. O Prefeito não desistiu desse recurso. Existem conversas com o Ministério das Cidades para que esse dinheiro seja, de alguma forma, aproveitado em outras formas, em outros modais. Mas de fato o Governo Federal também tem colocado algumas dificuldades e tem enxugado, fechado um pouco a torneira. Mas o Prefeito tem diligenciado para garantir esses recursos.- A Sra. Professora Josete:- Só vou fazer a pergunta antes que acabe. Eu tinha solicitado aqui na Sessão que me respondessem algumas questões com relação ao decreto 353. Como na apresentação não foi respondido, e o meu tempo não dá para perguntar tudo, eu gostaria que os questionamentos fossem respondidos, principalmente em relação às despesas com pessoal, plano de carreira e contratação.- O SR. SECRETÁRIO:- Próximo Vereador inscrito, Ezequias Barros.- O Sr. Ezequias Barros:- Bom dia, Senhor Secretário, funcionários da Secretaria Municipal de Finanças, Vereadores, todos os profissionais aqui presentes. Eu gostaria de saber do senhor, Secretário, se há o risco de um colapso diante dessa informação que temos. Todos os dias recebemos a informação dessa dívida tão grande. Se existe a possibilidade de um colapso na Cidade por falta de pagamento na área de educação, saúde, segurança, coleta de lixo, que vemos que também é uma dívida grande. E se haveria essa possibilidade. A outra pergunta é: quem irá receber primeiro? Temos aí tantas empresas que estão vivendo dificuldades. Muitas delas até ao ponto de falência por falta de recebimento do Município. Gostaria então de entender quem serão os primeiros a receber dessa lista de credores do Município. Seria isso. Quero desejar ao senhor sucesso na sua direção, sua condição com a sua equipe. E desejar muita clareza para o senhor e para todos que estão aí.- O SR. SECRETÁRIO:- Concedemos a palavra ao Vereador Mauro Bobato.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Vereador Mauro. Bom dia ao Secretário, Presidente Thiago e todos da Comissão. Eu me somo à preocupação do Ezequias. A gente vê os nossos conterrâneos cariocas, gaúchos, estão tendo problemas na sua administração - saúde também os servidores, parabenizo nela iniciativa em brigar nela sua categoria, é um momento econômico ruim, vamos ter que ter o bom senso prevalecendo nessas negociações, nesta briga por espaço, e contem com a Câmara de Vereadores trabalhando nisso. Eu só queria pontuar uma situação, Secretário, que acontece na comunidade que eu moro em termos de suplementação. Imagino que tem amparo legal, mas as suplementações de IPTU, acho complicado, no atual momento econômico, as famílias se preparam para uma determinada situação, estão pagando o seu IPTU parcelado, de repente me aparece com certeza amparado legalmente um suplementação de anos anteriores. Acho complicado, vou até tentar ver algum sistema para inibir esse tipo de situação, porque a gente quando presta um serviço e você voltar depois fazer uma cobrança, acho uma coisa complicada. A gente tem um planejamento, uma programação, de repente aparece algo fora. Seria só essa citação e nós, por intermédio da Comissão, vamos estar participando, tentando buscar mais subsídios. Obrigado e boa sorte na caminhada.- O SR. SECRETÁRIO:- Eu gostaria de cumprimentar o Secretário nela sua apresentação, clara, objetiva, serena e fazer um apelo, Secretário. Na verdade, na legislatura passada a Comissão de Economia, da qual fiz parte por quatro anos e também os demais Vereadores, tivemos dificuldades com o prazo de resposta da prefeitura. Os pedidos oficiais não vinham no prazo, a Comissão de Economia chegou a comemorar aniversário de um ano com um bolo. Inclusive foi cobrado aqui da Secretária Eleonora Fruet esta resposta e não era uma resposta difícil, era saber quanto o município economizou com medidas de austeridade. Levamos mais de um ano para receber esta resposta. Então, o que eu peço, em nome da Comissão de Economia, que é relativo à sua pasta e também aos demais Vereadores, que esses prazos sejam cumpridos.- O SR. VITOR PUPPI:- Eu agradeço as perguntas. De fato o prazo de respostas, se há prazo tem que ser cumprido. Nós temos recebido várias requisições e temos tentando, temos encaminhado as respostas da forma mais breve possível, mas de fato isso vai servir de alerta para esta gestão. Eu agradeço a participação. Com relação à suplementação do IPTU, de fato o que tem que ser pago é o IPTU do exercício. Aquilo que está atrasado tem que ser inscrito em dívida ativa e cobrado, mas desconheço que

tenha sido cobrado uma parcela maior com relação aquele fato gerador que aconteceu nos anos anteriores. De qualquer forma, vou verificar isso e já fica aqui a medida e vou dar um retorno ao Vereador a respeito desta questão do IPTU. Com relação a quem receberá primeiro desse parcelamento, a resposta são os pequenos credores. Os pequenos credores serão pagos com antecedência e depois tem que haver, até por medida de justiça e de isonomia e o que determina a Lei 4.320, um ajuste linear, de certa forma, para os outros credores. Então, não é possível que a administração privilegie um em detrimento do outro. Então, com relação ao montante é possível sim, como medida de isonomia, ou seja, dar tratamento diferente para situações diferentes, os pequenos credores, mas no resto tem que ser linear. Então, vamos adotar uma medida de justiça nesta parte e tratar todos - a dívida é muito grande, de fato, mas tratar todos da forma mais isonômica possível. Com relação ao risco de colapso, o que nós temos feito diariamente é pagar as despesas, dia a dia. Então o que venceu em janeiro, o que está vencendo em fevereiro nós temos pago, com esforço, mas temos pago, temos feito os pagamentos. É justamente em razão disso nós temos anelado para os fornecedores, para os prestadores de serviço que não paralitem os serviços e a cidade continua funcionando. Mas é sim preocupante. Não podemos esquecer que a situação dos outros municípios no Brasil, de vários municípios, é muito séria. Têm municípios simplesmente que não se paga absolutamente nada, está se pagando novembro, em Volta Redonda, eu vi agora a situação e nós não podemos claro chegar nesse ponto. Curitiba tem capacidade, é um município estruturado, mas as medidas precisam de fato de correção de rumo a ser implementadas. É isso que nós vamos fazer na sequência.- O SR. SECRETÁRIO:- Ok. Passamos agora, então, à inscrição dos Vereadores do plenário. Temos inscritos seis Vereadores: Noemia Rocha, Pier Petruzzello, Hélio Wirbiski, Mestre Pon, Maria Leticia e Goura. Com a palavra Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada. Vereador Mauro Ignácio, Cumprimento o Secretário de Finanças. Quero começar a minha fala fazendo coro com os servidores municipais da cidade. Não só os servidores, mas os cidadãos. Secretário, eles querem um aumento de condição de trabalho e remuneração no mínimo na mesma proporção de aumento dos custos, a exemplo da passagem do ônibus e a exemplo agora desse aumento desse pacote. Então, gostaríamos de fazer esse pedido ao Secretário para que priorizasse, porque é só um reajuste inflacionário. E aí vemos que na passagem teve um aumento de 15% e os servidores estão com dificuldades de receber os 6% inflacionário. Eu sei que você diria que são fontes de áreas diferentes, mas é o nosso anelo enquanto representantes da população de Curitiba. Gostaria de saber também em relação ao impacto municipal, eu sei que foram feitas muitas perguntas, mas vou fazer as mesmas perguntas. Em relação ao impacto de gestão no município em relação a PEC 241 que congelou os investimentos da União por vinte anos, quais as áreas que você entende que serão afetadas? Ontem tivemos uma Audiência Pública em relação a Secretaria Municipal de Saúde e foi dito pelo Secretário que o renasse da União para os hospitais estava rigorosamente em dia. Eu veio aqui na sua explicação que tem ainda o valor de cem milhões de reais, que acredito que seja de dezembro de 2016. Gostaria de saber como vai ser repassado e quando. Em relação a FEAES, sabemos que tem um déficit mensal e gostaria de saber que valor é esse e o que está sendo feito em relação a esse déficit de cinquenta e três milhões a FEAES. Mais uma pergunta. Vi na sua explicação a arrecadação do IPTU que foi o único que aumentou. A minha sinalização e leitura no debate que tivemos o ano passado, na verdade aumentou porque teve aumento do IPTU. Em contrapartida teve um aumento de ITBI. Nossa fala aqui o ano passado foi vão aumentar o ITBI e vão incentivar ou induzir a erro as pessoas a fazerem contrato de gaveta. Na verdade o que está acontecendo é exatamente isso. Gostaria de saber em relação aos inadimplentes e o que vai ser feito em relação ao ITBI nesse quesito. Muito obrigada.- O SR. SECRETÁRIO:- Com a palavra o Vereador Pier Petruzzello.- O Sr. Pier Petruzzello:- Sr. Presidente, deixo por último a minha colocação, passando a vez aos demais para encerrar.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Sr. Presidente, só fazer o encaminhamento do requerimento pedindo para que se prorogue por vinte e cinco minutos, porque o nosso tempo será

vencido em dez minutos.- O SR. PRESIDENTE:- Teríamos mais dez minutos para encerramento da Audiência Pública. Então, coloco em votação para que se estenda por mais vinte e cinco minutos. (Pausa). APROVADO.- O SR. SECRETÁRIO:- Com a palavra Vereador Helio Wirbiski.- O Sr. Helio Wirbiski:- Parabenizar o Secretário pela lucidez e pela equidade responsável que montou para cuidar da área financeira e do planejamento da Cidade de Curitiba. Mas, para reflexão, Secretário, eu sei que Porto Alegre já não paga a folha de pagamento durante quatro ou cinco meses, imagine todos os outros serviços dessa capital que estão realmente comprometidos: Rio de Janeiro quatro meses; Belo Horizonte pelo segundo mês. Então, essa crise afeta a arrecadação no Brasil inteiro, nas capitais principalmente que têm mais demanda. Temos que ter muita responsabilidade nesse momento, temos sete bilhões e meio de arrecadação, mas a cidade é como um condomínio, ela tem que dar conta de todas as demandas de toda a população, não só do funcionalismo. Claro que eu respeito esse direito e temos que discutir, lutar por esse direito de todas as formas, contanto que isso seja possível. Temos dois milhões de desempregados no Brasil e todos eles em atividade privada. Então, temos que manter esses direitos, temos que lutar por eles com responsabilidade, mas temos que fazer uma análise de toda a conjuntura da cidade. Acho que isso é nossa obrigação e nossa responsabilidade. E isso coloquei para reflexão de todos. Eu queria, Secretário, deixar uma sugestão, e fiz isso por escrito, veio que se fala muito no contrato de transporte, de subsídio, mas o maior contrato é o contrato de lixo, é onde realmente a cidade investe muito mais e onde temos mais problemas, inclusive com o vencimento do aterro em breve e todo esse tino de passivo ambiental. A taxa de lixo é cobrada junto com o IPTU e muitas entidades, muitas instituições, através de lei, têm isenção do IPTU pela lei do incentivo ao esporte, por outras leis, sindicatos, igrejas, clubes de futebol, clubes ricos da cidade, que geram muito lixo, acabam não pagando exatamente porque têm a mesma isenção. Não sou contra a isenção do IPTU nesses casos porque tem uma justificativa. É urgente que senaremos a cobrança da taxa de lixo, porque eu acho que daí teríamos mais uma rubrica e pelo menos vinte milhões por ano no orçamento do próximo ano. Então, deixo isso como sugestão, porque não acho certo que a população toda pague por gente muito rica que frequenta grandes clubes. Eu também tenho meu time de futebol, mas acho que ele deve também pagar a sua taxa de lixo como todos nós fazemos.- O SR. SECRETÁRIO:- Com a palavra o Vereador Mestre Pon.- O Sr. Mestre Pon:- Bom dia, Sr. Secretário, e a todos os servidores! Fazendo uma reflexão da gestão anterior, vimos que as escolas municipais, os Cmeis, passaram por grandes dificuldades até para a aquisição de materiais permanentes. Muitas das vezes os professores deixam suas famílias no final de semana e fazem "nasteladas" nas escolas para tentar arrecadar fundos para cobrir alguns gastos da própria instituição. Então, a pergunta que faço ao senhor é a seguinte, eu destinei mais de quinhentos mil reais para, em torno de, quarenta escolas com Cmeis, repartidos em fatias, porque entre dez, quinze, vinte mil, iria ajudar na manutenção das escolas, algumas com pequenas reformas, como em três Cmeis em que estive esta semana que chove dentro, e ficou dito na época que essas emendas, uma boa parte delas, fosse para a aquisição de materiais permanentes e essas escolas, esses Cmeis, realmente, precisam desse renasce. Eu queria saber do Secretário a possibilidade, dentro da necessidade, de pagar essas emendas que essas escolas estão esperando. Primeiro porque na época a Secretaria de Educação pediu para todas essas para as quais destinei as emendas, que passassem a relação do que precisava. Criaram uma expectativa e não foi pago. Então, gostaria muito de contar com o apoio desta gestão, que cumprisse essa parte do Prefeito anterior e pagasse essas pequenas emendas para as escolas, porque faz uma imensa diferença no aprendizado das crianças. Muito obrigado.- O SR. VITOR PUPPI:- Vamos começar pelo Vereador Mestre Pon. Com relação aos Cmeis, tem uma questão interessante que é a seguinte: a verba de construção dos Cmeis vem do Governo Federal. Quando os Cmeis foram construídos e pensados, não se pensou como se pagaria o custeio desses Cmeis. Hoje temos, praticamente, dezenove Cmeis em construção e não se sabe ainda como vai ser o custeio desses Cmeis, como o município vai arranjar. Mas, dentro da mesma pergunta, as emendas parlamentares vão ser sim

liberadas assim que a receita se realize. Então, assim que a receita prevista ingresse na caixa, vamos liberando a realização da despesa conforme aquela receita.- O Sr. Mestre Pon:- Há possibilidade de pagar, então?.- O SR. VITOR PUPPI:- Sim, sim, há possibilidade. As colocações do Vereador Helio, agradeço pela clareza. De fato, os municípios e os Estados ao lado não estão pagando há quatro, cinco, seis meses. É uma situação lamentável. E a sugestão da taxa do lixo vai ser sim levada em consideração. Acho que são sessenta e três ou mais de sessenta mil imóveis que hoje não pagam e que deveriam pagar a taxa de lixo, porque não se confunde a imunidade ou isenção do imposto com a taxa. O senhor tem total razão e vamos levar sim em consideração essa ideia, esse projeto. As perguntas da Vereadora Noemia Rocha, parece-me que são várias. Com relação à FEAES, de fato, a FEAES é um número muito grande para o Município de Curitiba. Então, o Secretário Baracho, que esteve aqui ontem, está repensando como que a FEAES vai caber no Município. E esse é o problema de Curitiba. Ou seja, o custeio se tornou muito grande para o tamanho de Curitiba. Quando falamos em bilhões, às vezes se perde um pouco a noção, porque se parece um, dois, três ou dez bilhões, é difícil dimensionar isso. Mas a FEAES representa um gasto de dezenove milhões por mês para o Município de Curitiba, e não há a previsão de recursos necessária para pagar a FEAES. Justamente por isso é que a FEAES correu por fora do orçamento e se emburrou essa despesa para frente. Aquela dívida dos hospitais tem uma composição diferente, então tem uma parte que vem o dinheiro do SUS, é um dinheiro que o Município tem um prazo de cinco dias, um prazo extremamente curto para renassar, e ele tem renassado. O que aconteceu no ano passado é que, diante desse desencaixe, a gestão anterior mudou algumas fontes, aquilo que faltava, ela usou um dinheiro que não poderia ter usado para uma fonte, para pagar outra despesa. Então, estamos recompondo essas fontes, para regularizar. Mas o dinheiro do Ministério da Saúde, realmente, vem em dia, não deixa de vir. No entanto, é um dinheiro que tem uma destinação específica, não podemos negar o dinheiro do Ministério da Saúde e pagar as outras despesas de todos os hospitais. Por isso que tem hospitais aí, cento e poucos milhões, a receber, não é um dinheiro só do Ministério, mas é um dinheiro da Prefeitura. A PEC do Teto e os efeitos no Município ainda estamos estudando. Acho que o próprio Governo Federal ainda não instituiu uma política de cumprimento da PEC do Teto. Acho que vamos entender mais ou menos qual vai ser o reflexo ao final do exercício de 2017. Temos conversado com o Ministério da Saúde, o Secretário de Saúde tem visitado e ouvido verbas incansavelmente, justamente porque as verbas do Governo Federal têm servido para, de alguma forma, diminuir a pressão do caixa municipal. Do ITBI, a questão que a Vereadora coloca é extremamente prudente, de fato as pessoas fazem os contratos de gaveta e o ITBI é evitado, fica para depois. Também já estamos pensando nisso, em alguma solução para isso. No Município de São Paulo, por exemplo, sempre se pagou na escritura. Então, parece-me que é alguma coisa que tem que ser repensada sim. Essa queda de 20% do ITBI representa não só a queda da atividade imobiliária na Cidade, mas também esse tipo de artifício que é utilizado para evitar o pagamento do tributo. Com relação aos servidores, volto a frisar, é prioridade sim dessa gestão. Mas, como o Vereador Helio Wirbiski falou, temos que ter a dimensão dessa nossa realidade financeira. Então, vamos suplementar, vamos melhorar, mas com responsabilidade. E também não adianta eu, de fato, prometer aos servidores que vai ser feito algo que depois simplesmente não tem respaldo orçamentário financeiro. Então, isso é prioridade, vai ser estudado. Mas precisamos primeiro ajustar as contas do Município, para não chegar nesse estado calamitoso que outros municípios chegaram.- O SR. SECRETÁRIO:- Próximos inscritos, Vereadores Maria Letícia, Gaura e Serginho do Posto. Com a palavra a Vereadora Maria Letícia.- A Sra. Maria Letícia Fagundes:- Bom dia, Grata, Secretário Vitor, muito esclarecedora a sua apresentação. Mas eu tenho algumas colocações aqui. Sou da turma, por conta da minha formação em medicina, que lê relatórios, e sou detalhista. Então, eu faria um pedido, fiz ontem ao Secretário Baracho, faço para o senhor também: gostaria de receber com antecedência um relatório detalhado, visto que hoje recebi uma folha, na manhã, com uma letra desse "tamanhico", que mal consigo ler aqui. Então, imagino que


eu, como Vereadora, não recebo as informações, preocupam-me os servidores, que também têm direito a ter as informações. E não é uma questão nem de mérito. Secretário, é uma questão de direito do servidor. Então, tenho essa preocupação. Quero colocar duas perguntas aqui. Com relação ao ISS, já vi todo o esforço que a Prefeitura faz para cobrar os devedores, as grandes empresas. Mas o que a Secretaria está fazendo para tornar o ISS atraente? Para trazer outras empresas? É uma preocupação. A outra é que temos observado que muitas empresas que prestam serviço em Curitiba, pagam o ISS na Região Metropolitana, que já tem um ISS atraente. Essa seria uma preocupação no sentido de melhorar essa arrecadação. E com relação ao FEAES, que está na área da saúde, que me toca de perto, eu comecei a estudar já a fundação, que faz parte da administração indireta e que tem um orçamento gigante, como o senhor acabou de colocar. E é uma fundação muito independente, ela estabelece licitação, contrato com outras empresas. E eu lhe dou um exemplo de uma, que não consegui ainda olhar o contrato, que é com as ambulâncias, com a ECO e com a SAMU, que prestam serviços nas ruas. Eu não consegui fazer levantamento de 2016. Fiz de 2015 e o valor, acredite, Sr. Secretário, é de cento e setenta e sete milhões. Então, nós olhando isso, ficamos imaginando, a Secretaria de Finanças está prestando atenção nesses contratos que são realizados de alguma forma? Vocês têm os controles dessas licitações que a FEAES está realizando? Porque esse é um exemplo, ela tem outras instituições privadas que são contratadas por ela. Muito grata.- O SR. SECRETÁRIO:- Vereador Goura com a palavra.- O Sr. Goura:- Bom dia, Secretário, cumprimento o senhor e sua equipe que também está aqui, todos os Vereadores e a Mesa formada. Quatro perguntas, Secretário, bem objetivas e rápidas. Uma questão que está sendo debatida aqui é o orçamento impositivo, o Vereador Helio Wirbiski falou disso na Legislatura passada, Vereador Cristiano Santos trouxe ontem justamente esse tema, gostaríamos de saber da sua posição, é uma lei federal, como fica essa questão? O Mestre Pon também falou das emendas, então, nossa preocupação com efetividade do orçamento impositivo. O Prefeito Rafael Greca falou de um corte de 40% dos cargos comissionados, também gostaríamos de saber como está isso e o efetivo contingenciamento nessa área e a transparência também disso. Um outro ponto, o senhor bem mostrou a perda de arrecadação do ICMS e a perda histórica também do ISS. Qual a estratégia que a Prefeitura vai adotar para recuperar isso? E, por último, Secretário, faço um apelo na presença dos servidores, para que esse diálogo que o senhor se comprometeu a fazer seja feito antes da apresentação do pacote, eu acho que principalmente é o que se espera do Executivo, que o diálogo seja a tônica antes das ações tomadas, porque acho que a política se constrói nesse diálogo apesar das diferenças e divergências. Muito obrigado.- O SR. SECRETÁRIO:- Vereador Serginho do Posto com a palavra.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Novamente faço uma saudação ao Secretário e toda equipe da Finanças que está participando dessa audiência. Secretário, nós observamos que nos últimos doze anos nenhum Prefeito aplicou a taxa de contribuição de melhorias, era uma taxa cobrada até o ano 2000, acredito que os Municípios, por incapacidade de fazer o gerenciamento dessa taxa, deixou de aplicar. Então, a pergunta é se esse Governo pensa ou está estudando a curto e médio prazo algo nesse sentido. Também em relação ao decreto, que é o 1305, que é o decreto de parcerias, onde os investimentos acontecem e a comunidade poderia participar de alguma forma com uma porcentagem ou de insumos, se for uma obra, ou até mesmo participando efetivamente numa parte financeira. Também na última gestão não tivemos nenhuma obra realizada com essa parceria. E a terceira pergunta, com essa capacidade de endividamento, se há uma previsão de buscar recursos internos e externos também, tendo em vista esse momento econômico que assola o País, para fazer grandes investimentos, seja na área de infraestrutura, saúde e educação, se está se pensando também nessa possibilidade. Então, fica aqui o meu registro, faço uma saudação especial da forma que apresentou e de forma muito transparente esse momento em que vive as finanças do Município, é importante esclarecer em que patamar que estamos em relação às economias do Município em relação às economias do município. Então fica aqui o nosso agradecimento em nome da Casa, obrigado.- O


SR. VITOR PUPPI:- Obrigado pelas perguntas Vereador Serginho. De fato, a contribuição de melhoria é uma espécie de tributo já antiga, que antes utilizava muito, impostos, taxas e contribuição de melhoria. Não existiam nem as contribuições sociais, mas o que aconteceu foi justamente um preconceito com essa contribuição de melhoria e o município preferiu lançar mão de outros instrumentos. E, de fato, entra justamente também na mesma lógica do decreto, que é uma parceria ou seja, é um tributo justo, porque aquele liame de valorização do imóvel, do proprietário, é justamente a medida de tributos, ou seja, de fato é um dos tributos mais justos e sim, eu acho que tem que ser repensado, a dificuldade talvez seja em razão desse hiato ser tão grande entre o que era feito um tempo atrás e algum tempo não é feito, mas isso pode, sim, ser resgatado. Acho que isso tem que ser levado em consideração e vou pedir, que isso seja pensado e repensado, a nossa equipe de arrecadação está aqui, também está ouvindo atentamente essas colocações e vamos, sim, encaminhar essa questão. Com relação aos recursos externos, como na apresentação deu para perceber o nível de endividamento do município é baixo, para longo prazo o município é saudável e como o município precisa recuperar essa credibilidade, até ter o "rating", que justifique essas contratações, mas nós já estamos sim, um diálogo com o BID, com a agência francesa, O FONPLATA esteve aqui, então todas essas agências estão em diálogo com a Prefeitura, o que precisa são os projetos, são as ideias que o Prefeito vai determinar e os recursos internos são, sim, uma saída desde que sejam baratos. Porque também não é possível que se negue um recurso, com uma taxa elevada, enfim, que tem que justificar e não entrar em nenhuma armadilha neste sentido. As perguntas do Vereador Goura, com relação a orçamento impositivo, o que existe hoje na Constituição Federal que vale para a União, é aquele percentual de 1,2%, sendo que a metade é aplicado em saúde e educação. Não me lembro exatamente qual que é a destinação, isso vai sendo cumprindo pelo nível federal e é uma medida desde que respeitados os aspectos constitucionais que a Câmara pode, de fato, tomar o que me parece tem que ser correspondente até pelo princípio da simetria, como que a Constituição fala.- O Sr. Goura:- Desculpe Secretário, eu falo em relação as emendas a que o orçamento impositivo das emendas dos Vereadores, que normalmente são cumpridas de acordo com as relações políticas.- O SR. VITOR PUPPI:- Claro. Então, as emendas, o que eu disse ao Vereador Mestre Pon, serve para todas as emendas. Conforme a receita for se realizando, as emendas serão liberadas. O que não existe, hoje, essas emendas impositivas, não existem, mas de fato poderiam existir, conforme o modelo da União Federal. Com relação aos cargos comissionados, o IMAP é quem está reformulando as secretarias, ele já apresentou ao Prefeito um projeto de cortes de cargos, isso deve vir à Câmara em breve, porque as secretarias ainda estão trabalhando com as estruturas antigas. E esse reflexo do corte de cargos, deve acontecer ao longo do ano de 2017. Com relação ao ICMS, ISS, na modernização da cobrança do ISS, já estamos pensando em mecanismos que o contribuinte seja notificado a, retoricamente, não só hoje se perde muito tempo em notificar por AR e mandar carta, e a carta volta, enfim, vamos estabelecer um mecanismo mais ágil, vamos ter que investir de alguma forma na modernização da cobrança do ISS. Isso há muito tempo, pelo que percebi, está parado, então precisamos avançar nessa parte mais informatizada de cobrança, tornar o ISS mais rápido e aí também já entrando um pouquinho, depois eu volto às perguntas da Vereadora Maria Leticia. Os benefícios do ISS e região metropolitana, esses desvios que existem, as empresas vão para fora de Curitiba e nós acabamos perdendo a arrecadação, agora, no final de 2016, foi aprovada a mudança da lei complementar do ISS. Então, hoje em dia não se pode mais zerar a alíquota do ISS, existe uma alíquota mínima de 2%, que Curitiba já observa. Esses outros municípios vão ter que se adequar, e o que estamos pensando é, justamente, numa política para que essas empresas voltem, já que os municípios vão ter que cobrar sob pena de improbidade administrativa do Prefeito, que essas empresas voltem de fato para Curitiba, todas essas empresas que saíram. Curitiba tem alguns modelos de incentivo, mas sempre respeitada essa premissa da Lei Complementar que foi aprovada agora em dezembro, salvo engano em 15 de dezembro de 2016, lá no Congresso Nacional. O índice do ICMS, para concluir, nós já


conversamos com a Secretaria da Fazenda, é possível melhorar o índice. Passa também na política de manutenção dessas empresas que, pelo menos, não vamos perder as que temos aqui ainda, que são comércio e que geram ICMS para o Município de Curitiba, conforme o índice. Também a questão ambiental, existe índice lá, uma parte daquele índice que é composto dos parques, enfim, é uma compensação. Curitiba pode avançar e vamos trabalhar nesse sentido, para tentar aumentar o índice do ICMS. As outras perguntas da Vereadora Maria Letícia Fagundes, as demonstrações ao final de janeiro, dia 30 de janeiro, já estavam lá no nosso portal da transparência. É aquele relatório mais macante, não é uma coisa tão objetiva assim, mas elas estavam lá e de fato sempre publicamos antes. De qualquer forma, estamos à disposição. Se precisar de alguma informação, por favor nos encaminhe, que vamos responder dentro do prazo que for estabelecido. Com relação a FEAES, acredito que esses contratos que a senhora mencionou das ambulâncias, enfim, precisam ser vistos. A FEAES tem uma autonomia muito grande, então não enxergamos isso, o controle é deles. Justamente essa é a benesse, mas também os malefícios das indiretas, dos serviços sociais autônomos, das fundações, eles de certa forma flexibilizam a despesa, mas o controle se perde de certa forma também. De toda forma, o Secretário Baracho certamente já sabe e dentro do estudo de reformulação dele, estará repensando, porque é preciso repensar a FEAES.- O SR. SECRETÁRIO:- Com a palavra o Vereador Professor Euler.- O Sr. Professor Euler:- Obrigado. Bom dia ao Secretário Punni, quero agradecer a presença e de toda a sua assessoria. Como professor e Presidente da Comissão de Educação Cultura e Turismo, queria fazer um apelo para que os representantes dos professores municipais sejam, realmente, recebidos o quanto antes na Prefeitura, para que haja o diálogo franco e transparente. Pela sua exposição, fica notório o problema de fluxo de caixa e, conseqüentemente, a dificuldade de honrar compromissos assumidos na gestão anterior. No entanto, a conversa com a categoria é indispensável, até que os profissionais da educação possam fazer uma programação de sua vida para o ano todo. Essas indefinições são ruins e geram insegurança para o pessoal. Por atropelo e grande número de perguntas, ficou uma pergunta que acabou sem resposta, que o Goura até acabou fazendo de volta, se haverá realmente um esforço da Prefeitura em receber os representantes da categoria antes de serem tomadas atitudes definitivas. Gostaria de fazer um outro comentário rápido, uma coisa que observamos no Brasil inteiro e acho que Curitiba poderia dar um exemplo muito bom, que é referente às licitações. Parece-me que na maioria dos casos o nome licitação é um nome completamente inadequado, porque a grande maioria que a gente vê por aí são "ilicitações", a grande maioria são certames ilícitos, seja na elaboração do termo de referência ou seja depois na forma como é conduzida. É lógico que tudo isso depois é fiscalizado pelo Tribunal de Contas, mas seria interessante que tivéssemos mecanismos eficientes de controle já na partida, para que as licitações realizadas pelo Município fossem muito bem elaboradas, principalmente nos seus termos de referência, para que não fossem dadas preferências para algumas empresas já na hora da contratação.- O SR. SECRETÁRIO:- Com a palavra o Líder do Prefeito, Vereador Pier Petruzzello.- O Sr. Pier Petruzzello:- Bom dia, Secretário Vitor Punni, para mim é uma honra ter um Secretário com um currículo tão vasto quanto o senhor tem. Eu analisei o seu currículo, que é um currículo realmente extenso, é muito preparado para a função e parabéns por ter, vamos dizer assim, assumido essa missão, porque sei o quanto é difícil muitas vezes. O senhor tem uma vida fora da vida pública muito atuante, sei o quanto é difícil encontrar bons quadros na administração pública brasileira para assumir esse tipo de função. Antes de fazer a pergunta que cabe ao senhor, eu queria fazer dois comentários breves à Vereadora Noemia Rocha e também à Vereadora Maria Letícia, porque faço questão de explicar, de maneira totalmente tranquila, de que a FEAES não tem orçamento próprio. A FEAES é gestora. Quem paga a FEAES é a Secretaria de Saúde. A Secretaria de Saúde virou, ao longo do tempo, pagadora. Então, o que acontece hoje com a FEAES nada mais é, e aí um regime jurídico, depois até sugiro para que as senhoras estudem o tema, porque é um tema, inclusive eu e o Vereador Cristiano Santos debatemos muito isso lá na nossa Pós-graduação em Direito Administrativo, na Universidade Positivo, é

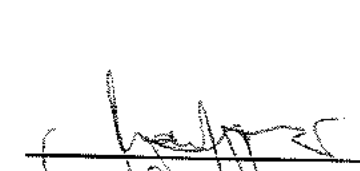
um tema realmente que merece um carinho por parte dos Vereadores para ser estudado. Então, a FFAES hoje precisa realmente ser revista. Com relação ao Vereador Professor Euler, também falando de lei de licitações, a Lei 866, absolutamente ultrapassada e defasada. Curitiba já recebeu prêmios históricos, inclusive na gestão anterior, é bom que se diga, com relação a transparência na questão da licitação. E, ao Secretário Punni, eu só queria que ele me explicasse de forma sucinta como ficaram as questões dos pagamentos sem empenho, os pagamentos não empenhados, porque a gente sabe que ao longo do tempo essa política no Brasil aconteceu e muito, não só nos governos anteriores aqui em Curitiba, mas por todo o Brasil. O que o senhor encontrou de diferente com relação a esse tipo de pagamento. Parabéns a toda equipe! Parabéns pelo seu trabalho! - A Sra. Maria Leticia Fagundes: - Eu só quero fazer uma colocação. Vereador Pier, que sim, eu vou estudar. Esse é um compromisso que tenho com o cidadão de Curitiba. - O SR. VITOR PUPPI: - Obrigado pelas considerações. Começando pela pergunta do Vereador Professor Euler, vamos receber, não veio dificuldade em receber. Tem que ter uma compreensão também por parte de todos os envolvidos. Vamos receber, vamos dialogar e vamos encaminhar aquilo que a Prefeitura também julga ser imprescindível para a correção dessa situação hoje que nós encontramos. As licitações, o Vereador Pier falou de forma muito sábia, a Lei 866 é completamente defasada. Então, se pensa e tem se pensado em reformas da lei, existem projetos, se tentou alguma coisa na época da Copa, com aquele regime diferenciado de contratações. Enfim, acabou não dando certo, aí vem toda aquela questão inclusive da Lava Jato, mas estamos um pouco presos à lei federal nesse sentido. Então, dependemos também das mudanças na lei federal. Isso não impede que os termos de referência sejam, de certa forma, sempre escrutinados da melhor forma possível. É isso que temos que fazer e isso cada gestor, cada ordenador de despesas, tem obrigação de fazer. Com relação ao pagamento sem empenho, Vereador Pier, o que acontece é que o nível, a proporção em que se transformou isso, que agora desencadeou, é muito grande. De fato, pode ser que alguns contratos passassem de uma gestão para outra, e isso fosse sendo coberto ao longo do tempo. Mas, o volume a que chegou, se nós pensarmos, seiscentos milhões não é a arrecadação do IPTU de um ano de Curitiba. Então, o volume a que chegou demonstra, é sintomático que essas reformas, que estão chamando de pacote, enfim, tanto faz, deveriam ter sido feitas muito antes. E isso, com certeza, em dois meses é possível identificar. O problema é que isso se acumulou, se prometeu, se prometeu, e as reformas não foram feitas pelas administrações anteriores. Então, é o que nos cabe fazer agora. Essa despesa sem empenho é de fato uma marga que tem que ser combatida, porque ela inverte a lógica do orçamento. Se existe o orçamento, a despesa deveria ter sido realizada conforme a previsão de receita, e não é o que tem acontecido. - O SR. SECRETÁRIO: - Sr. Presidente, se houver tempo ainda, a Vereadora Professora Josete tem uma questão que ficou pendente. Não sei se há tempo regimental. - O SR. PRESIDENTE: - Última pergunta então, Vereadora Professora Josete. - A Sra. Professora Josete: - É só em relação ao Decreto 353, que a gente encaminhou as perguntas por escrito. E até surgiu uma dúvida agora, porque o senhor coloca em relação às emendas que elas serão efetivadas, enfim: mas no Parágrafo 5º, por exemplo, lá do Artigo 3º, coloca que as despesas e investimentos, emendas parlamentares, não foram programadas e as liberações estão sujeitas à prévia avaliação. Então, não sei se não entendi exatamente. Ainda em relação ao Artigo 18 também, mas tenho mais uma pergunta. Mas se eu falar agora vai acabar o tempo. - O SR. VITOR PUPPI: - Com relação às emendas é aquilo que eu disse, de fato. O que o artigo diz é que elas não foram programadas porque vão depender, justamente, dos ingressos das receitas. Quando as receitas ingressarem, elas serão sim liberadas conforme fluxo orçamentário financeiro. Então, não significa que o fato dela deixar de ter sido programada que ela tenha sido cancelada. Ela não foi cancelada, simplesmente está aguardando existir a receita lá. Com relação ao Artigo 18, ele se refere à contratação de despesa de pessoal, e ele serve justamente para que não exista uma contratação, uma nomeação, um reajuste, sem que exista uma análise de impacto financeiro prévio. O Artigo 18 diz justamente isso, ele estabelece um trâmite, um rito que tem que ser


seguido, que deveria já ter sido observado porque são medidas básicas, inclusive nensando no impacto atuarial que cada reajuste, cada aumento e cada gratificação causa na anosentadoria dos servidores. Então, o decreto existe justamente para corrigir isso para a despesa de pessoal.- O SR. PRESIDENTE:- Para que possamos cumprir o prazo regimental, peço à diretora Aline Bogo trinta segundos de considerações finais.- A SRA. ALINE BOGO:- Agradeço pela atenção de todos. Dizer que fico muito feliz de estar neste Plenário sempre que nosso. E nesta legislatura veio com muita seriedade o trabalho dos Srs. Vereadores. Agradeço ao Presidente da Comissão de Economia, Vereador Tiago Ferro, pela atenção e também à Comissão Executiva pela confiança no meu trabalho. Quero parabenizar a equipe da Prefeitura. Sempre estamos em contato com o pessoal lá da contabilidade, do orçamento, o Claudinei, o Cláudio e o Márcio, que sempre nos atendem com muita dedicação. Temos procurado sempre trabalhar em harmonia.- Parabéns ao Secretário e boa sorte nesta missão.- O SR. PRESIDENTE:- Obrigado Aline. Trinta segundos ao nosso Secretário Vitor Punni.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradecer a Comissão na pessoa do Vereador Tiago, pela forma como eu e a equipe de finanças fomos recebidos. Quero agradecer ao Presidente Serginho do Posto pela forma como o diálogo tem sido travado, principalmente à equipe de finanças. Quero agradecer aos servidores pelas perguntas. Dizer que estamos à disposição. A ideia de fato é transparência. A equipe do Prefeito é uma equipe técnica e estarei sempre à disposição dos Vereadores para esclarecer qualquer dúvida, qualquer informação.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado. Secretário. Quero agradecer também aos colegas da Comissão, Vereadores Mauro Ignácio, Bruno Pessutti, Ezequias, Mauro Bobato, Professora Josete, Dr. Wolmir, Paulo Rink, Sabino Picolo. Encerrado o tempo previsto, damos por encerrada a presente Audiência Pública e agradecemos a presença dos Srs. Vereadores, demais autoridades e todos os que compareceram.- Está encerrada a presente Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.- Do que, para constar, eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será lida e assinada pelos Vereadores componentes da referida Comissão.- Está encerrada a Audiência Pública.- Do que para constar eu, Cristina Fonseca de Jesus, conforme notas taquigráficas, lavrei a presente ata, a qual será lida e assinada pelos Vereadores da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.



 Thiago Ferro
 Presidente

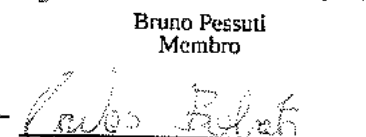

 Dr. Wolmir
 Membro



 Paulo Rink
 Membro



 Mauro Ignácio
 Vice-presidente


 Bruno Pessuti
 Membro


 Ezequias Barros
 Membro


 Mauro Bobato
 Membro


 Professora Josete
 Membro


 Sabino Picolo
 Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

EDITAL

O Presidente da Câmara Municipal de Curitiba comunica que a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a audiência pública prevista no § 4º do Art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser realizada no dia 22 de fevereiro do corrente ano, quarta-feira, às 9 horas, no Plenário do Anexo I do Legislativo Municipal, para que o Poder Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2016.

Palácio Rio Branco, 08 de fevereiro de 2017.

Vereador SERGIO R. B. BALAGUER (Serginho do Posto)
Presidente

Lista de presenças: Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, realizada no dia 22 de fevereiro de 2014, conforme Edital às fls 51. Referente ao 3º trimestre de 2016.

Nome	Assinatura	Entidade
1- Márcia Patrícia do Silva		PMC
2- Gracieli Barcelar Ferreira		PMC
3- Paulo O. Moura		PMC
4- SOLANGE P.T. MOREIRA		PMC
5- Riza Bruna Fervura Matho		PMC
6- Karen Cavalcanti		PMC
7- Marlene Camilo		P.M.C.
8- Lucimar Fernandes		PMC
9- Rosane de S. Ramos		PMC
10- Rosiane M.L. de Camargo		PMC
11- THAYANA R. DA CRUZ		PMC
12- Luciane Furiati		PMC
13- Wille Chaves		SISMAC
14- Amanda C.L. Babick		PMC
15- Gabriela Firman		PMC
16- Vera Regina de Oliveira		PMC
17- Sandra Antônia Casanoves		PMC
18- CAROLINE F.R. DE FREITAS DINOISKI		PMC
19- ROSANGELA ALVES DE G. GREGORIO		PMC
20- Danielle Pires Sebastião		PMC
21- Maria Eli Correia		PMC
22- Chaelme Weirich		PMC
23- Cristiana S. Perquis		SISMAC
24- Mariana S. Pereira		SISMAC
25- Adriana Claudia Kalkemann		SISMAC
26- Jermegat F. DA SILVA		SISMAC
27- Renato Lizzatto Vinson		PMC
28- WAZAO M. dos Santos		PMC
29- Cristiana Peris		PMC

Nome	Assinatura	Entidade
Angela M ^{te} Burnett Silva	Btt Silva	PMC
Waciele Waciele Ghmielewski	Ghm	PMC
Vanessa Tanuchi	Tofe	PMC
Danielle K. Menzes Faria	Danielle K. Menzes Faria	PMC
Noriani A. F. Reuel	reuel	PMC
Laiza D de Souza	LS	PMC
JOCELIA M. CHIARELLO	Chiarello	PMC
Sandra Regina Tussol	Tussol	PMC
Enrique Dias	Enrique	PMC
Mariana Pereira	maiana	PMC
Elisângela Santos	Elisângela	PMC
Nayara Freitas	Nayara Freitas	PMC
Deniziana D. Pillade	Deniziana Pillade	PMC
Cristiani K. Klais	Kl	PMC
Froniele da Silva Santiago	Froniele da Silva Santiago	PMC
Karina Almeida de Moraes	Karina Almeida de Moraes	PMC
Marcia S. S. Batista	L	BMC
Emida J. C. Pereira Oliva	E.O.	PMC
Vilceia de Fatima Baby	Vilceia de Fatima Baby	PMC
Lucelia R. L. Lima	Lucimay	PMC
Nailce Maria de V. Jardim	ne y	PMC
Adriana Negrello	Adriana Negrello	PMC
Ana Paula da Cruz	AP	PMC
Tania Teggisto	th	PMC
Suzane R. Baurros	SB	PMC
Andressa Marin Comunello	Andressa Marin Comunello	PMC
Carolina Corrêa	CC	PMC
Elaine Cristina C. do Nascimento	Elaine	PMC
Claudia Leiza R. da Silva	CL	PMC
Imon Lima Corduro	Imon	PMC
Fronete Rpa. de Albreu	Fronete	PMC
Eunice André Kohler	Eunice	PMC

63. ~~Hundred~~ Hundred. Hundred.

Sismac